

*Doracy Lopes*



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA  
Avenida J.K, 801 – Centro – CNPJ: 34.669.093/0001-63

*Lei Orgânica do Município de  
Conceição do Araguaia*

*Lei nº 881  
Redação e Consolidações das  
Leis*

*17ª. Legislatura – 2013/2016*

## ÍNDICE SISTEMÁTICO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - ESTADO DO PARÁ.

TÍTULO	DISCRIMINAÇÃO DO ASSUNTO	PAG
PREÂMBULO	PREÂMBULO	1
TÍTULO I	DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	1
CAPÍTULO I	DO MUNICÍPIO	1
SEÇÃO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	1
SEÇÃO II	DA SOBERANIA POPULAR	2
SEÇÃO III	DA DIVISÃO DO MUNICÍPIO	3
CAPÍTULO II	DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO	4
CAPÍTULO III	DAS VEDAÇÕES	7
TÍTULO II	DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	8
CAPÍTULO I	DO PODER LEGISLATIVO	8
SEÇÃO I	DA CÂMARA MUNICIPAL	8
SEÇÃO II	DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	10
SEÇÃO III	DA INSTALAÇÃO E POSSE	13
SEÇÃO IV	DOS VEREADORES	14
SEÇÃO V	DA MESA DA CÂMARA	15
SEÇÃO VI	DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA	18
SEÇÃO VII	DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA	18
SEÇÃO VIII	DAS COMISSÕES	19
SEÇÃO IX	DO PROCESSO LEGISLATIVO	21
SUBSEÇÃO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	21
SUBSEÇÃO II	DAS EMENDAS DA LEI ORGÂNICA	22
SUBSEÇÃO III	DAS LEIS	22
SUBSEÇÃO IV	DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E DAS RESOLUÇÕES	26
SUBSEÇÃO V	DAS DELIBERAÇÕES	27
SEÇÃO V	DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	27
CAPÍTULO II	DO PODER EXECUTIVO	30
SEÇÃO I	DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	30
SEÇÃO II	DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO	32
SEÇÃO III	DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO MUNICIPAL	33
SEÇÃO IV	DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	35
SEÇÃO V	DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	36
SEÇÃO VI	DA GUARDA MUNICIPAL	36
SEÇÃO VII	DA CONSULTA PÓPULAR	37
SEÇÃO VIII	DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA	38
SEÇÃO IX	DOS CONSELHOS POPULARES	39
SEÇÃO X	DA FISCALIZAÇÃO POPULAR	39
SEÇÃO XI	DA DEFESA DO CONSUMIDOR	40
TÍTULO III	DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL	41
CAPÍTULO I	DOS PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA	41
CAPÍTULO II	DA POLÍTICA URBANA	43
CAPÍTULO III	DO MEIO AMBIENTE	45
CAPÍTULO IV	DA SAÚDE PÚBLICA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	47
SEÇÃO I	DA SAÚDE PÚBLICA	47
SEÇÃO II	DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50
CAPÍTULO V	DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO	53
CAPÍTULO VI	DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA	58
CAPÍTULO VII	DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL	60
TÍTULO IV	DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	62
CAPÍTULO I	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	62

CAPÍTULO II	DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	64
CAPÍTULO III	DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	68
TÍTULO V	DAS FINANÇAS PÚBLICAS	71
CAPÍTULO I	DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS	71
CAPÍTULO II	DA RECEITA E DESPESA PÚBLICA	73
CAPÍTULO III	DO ORÇAMENTO	74
TÍTULO VI	DISPOSIÇÕES GERAIS	77
TÍTULO V	ATOS DAS DISPOSIÇÕES ORGÂNICAS TRANSITÓRIAS	78

# LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PARÁ

## PREÂMBULO

Os vereadores do Município de Conceição do Araguaia, como legítimos representantes do seu povo, reunidos em Plenário, norteados pelo espírito de que as "NECESSIDADES DA MAIORIA SÃO MAIS IMPORTANTES QUE OS INTERESSES DA MINORIA", buscando a pluralidade da justiça social e a igualdade em todos os níveis sem radicalismos de qualquer origem, primando pelo regime da democracia plena, para que se possa conviver fraternalmente, com a consciência de que isso só é possível com igualdade econômica, política, cultural, jurídica e social, sem injustiças e egoísmos; permitindo ao cidadão a liberdade do trabalho, a livre iniciativa, a saúde, educação, à alimentação, a segurança e a dignidade; respeitando os preceitos das Constituições FEDERAL BRASILEIRA E ESTADUAL DO PARÁ; e, fazendo desta um verdadeiro instrumento de busca do progresso, preservando-se as tradições culturais, históricas, os recursos naturais e os valores materiais e morais de todos os Concepcionenses, Promulgam sob a proteção de Deus, a presente Lei Orgânica do Município, com as seguintes disposições:

## TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Conceição do Araguaia, parte integrante da República Federativa do Brasil, é uma unidade do território do Estado do Pará, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição Federal e pela Constituição deste Estado.

§ 1º - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica.

§ 2º É vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições.



§ 3º O cidadão investido na função de um dos poderes não poderá exercer a do outro, salvo as expressas exceções previstas nesta Lei Orgânica e nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. São símbolos do Município: a Bandeira, o Hino e o Brasão representativos de sua cultura e história.

Art. 3º Os limites do território do Município de Conceição do Araguaia, como tais, na data de promulgação desta Lei, já definidos por Lei Estadual, só poderão ser alterados na forma estabelecida na Constituição Estadual e sua legislação complementar.

Art. 4º Constituem objetivos fundamentais do Município de Conceição do Araguaia:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II- contribuir para o desenvolvimento nacional;
- III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de Cidade.

## SEÇÃO II DA SOBERANIA POPULAR

Art. 6º A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:

- I- pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;
- II- pelo Plebiscito;
- III- pelo Referendo;
- IV- pela iniciativa popular no processo legislativo;
- V - pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Art. 7º Através de plebiscito o eleitorado se manifestará especificamente sobre o fato, medida, decisão política, programa

ou obra pública e pelo referendo, sobre as Leis, no todo ou em parte.

§ 1º Podem requerer plebiscito ou referendo:

I - um por cento do Eleitorado;

II - o Prefeito Municipal;

III- Um quinto, pelo menos, dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A realização do plebiscito ou referendo depende da autorização da Câmara Municipal.

§ 3º A decisão do eleitorado através do plebiscito ou referendo considerar-se-á tomada quando obtiver a maioria dos votos desde que tenham votado, pelo menos, mais da metade dos eleitores.

§ 4º É permitido circunscrever plebiscito à área ou população interessadas na decisão a ser tomada o que deve constar do ato de convocação, cabendo recursos à instância judiciária competente, se algum cidadão ou distrito considerar-se excluído da decisão que possa lhe trazer consequência, devendo ser estabelecida pela lei a competência para requerer e convocar plebiscito neste caso, bem como os demais aspectos de sua realização.

§ 5º Os plebiscitos a que alude a Lei, deverão coincidir com qualquer eleição realizada no Município, sendo seus custos suportados pelo Poder Executivo.

### SEÇÃO III DA DIVISÃO DO MUNICÍPIO

Art. 8º O Município poderá dividir-se para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos, ou fundidos por lei, observando o que preceitua a legislação complementar Estadual.

§ 1º A criação do distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais distritos.

§ 2º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

Art. 9º Ficam criados os cargos de agentes distritais que terão suas atribuições, direitos e obrigações definidos em lei, bem como sua escolha aprovada pela Câmara Municipal.

### CAPITULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 10. Ao Município, além do exercício da competência comum com a União e o Estado, compete:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação Federal e Estadual no que couber;
- III- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação Estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:
  - a) transportes coletivos, urbanos e intermunicipais, que terão caráter essencial e transporte individual de passageiros;
  - b) abastecimento de água e ou sistema de esgotos sanitários;
  - c) mercados, feiras e matadouros locais;
  - d) Cemitérios e serviços funerários;
  - e) iluminação pública;
  - f) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VII- prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX- promover a promoção do patrimônio histórico e cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora Federal e Estadual;
- X - fiscalizar o comércio em geral, de acordo com o que preceitua o artigo 227 da Constituição Estadual;
- XI - amparar através programas sociais as famílias de baixa renda;

- XII - estimular a criação de associações de bairros;
- XIII- subvencionar as entidades assistenciais de amparo ao menor e à velhice, reconhecidas como de utilidade pública;
- XIV - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;
- XV - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia Municipal;
- XVI- ordenar as atividades urbanas, fixando, condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, na forma da lei;
- XVII- conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;
- XVIII- fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;
- XIX - dispor sobre a administração e alienação de seus bens e utilização dos mesmos;
- XX - adquirir bens, inclusive através de desapropriações por necessidade, utilidade pública e por interesse social;
- XXI - elaborar e instituir o orçamento anual, observados os preceitos legais;
- XXII - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus servidores, respeitadas as Legislações Federal e Estadual em vigor;
- XXIII - estabelecer para a sede do município, Plano Diretor de acordo com o que estabelece a Constituição Federal;
- XXIV- instituir o Código de Obras, nele incluindo a regulamentação das construções, reparações, demolições, arruamentos e quaisquer obras em geral, observando o Plano Diretor;
- XXV - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e adotar as medidas referentes ao trânsito, inclusive, quanto à tonelagem permitida a veículos obedecida à legislação específica;
- XXVI - Organizar o plano geral de viação do Município, estudar, construir, reparar e conservar suas estradas;
- XXVII- Organizar o sistema de defesa civil, a prevenção ou extinção de incêndios;

XXVIII- regulamentar instalações elétricas e sanitárias domiciliares, inspecionando-as e verificando se foram obedecidas as prescrições quanto à segurança e higiene das habitações;

XXIX - apreender e depositar mercadorias, móveis e semoventes no caso de transgressão das posturas municipais;

XXX - instituir quando impuser o interesse público, armazéns de emergência, ou postos para fornecimento de gêneros de primeira necessidade à população sem intuito de lucro;

XXXI - fomentar o comércio, a indústria, a lavoura, a pecuária localizadas no Município, podendo para isso, promover exposições de produtos com prêmios aos expositores que mais se sobressaírem;

XXXII - realizar serviços de interesse comum com outros Municípios ou Estados mediante acordo ou convênio;

XXXIII- subvencionar estabelecimentos, associações ou instituições de utilidade pública ou beneficente, se for de interesse público;

XXXIV - estabelecer, impor multa ou penalidades por infrações às suas leis e regulamentos;

XXXV- exercer todos os poderes que explícita ou implicitamente lhe tenham sido conferidos pelas Constituições Federal e Estadual e por esta Lei;

XXXVI - proibir a descarga ou depósito de materiais e detritos orgânicos, químicos ou radioativos em rios, lagos, praias, vias públicas ou qualquer outro lugar do Município que possa provocar poluição ambiental;

XXXVII - concessão de serviços de utilidade pública municipal;

XXXVIII- realização de operações de crédito e regulamentação de sua dívida pública respeitada a legislação específica;

XXXIX - execução por via direta ou por licitação das obras públicas locais;

XL - registro, vacinação e captura de animais, com vistas à erradicação da raiva e outras moléstias;

XLI - assegurar aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, mediante a simples apresentação de carteira de identidade ou documento similar, punível o descumprimento com sanções administrativas, sem prejuízo de outras cominações legais;

XLII - compete ainda:

a) formular a política municipal de defesa do idoso;

- b) definir propriedades e decidir sobre aplicação de recursos públicos destinados à área de assistência social aos idosos.

### CAPITULO III DAS VEDAÇÕES

Art. 11. Ao Município é vedado:

I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público;

II- recusar fé aos documentos públicos;

III- criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV- manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos;

V- conceder empréstimos, auxílios ou subvenções a entidades particulares;

VI- outorgar isenções e anistia fiscais ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII- subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político - partidária com fins estranhos à administração;

VIII- instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situações equivalentes proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direito;

IX- estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

X- cobrar tributos:



a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentados;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que instituiu ou aumentou;

XI - utilizar tributos com efeito de confisco;

XII- estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XIII- instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto, suas rendas, seus serviços, suas propriedades imobiliárias que se destinem ao culto religioso, educação e ministérios pastorais;

c) patrimônio, renda ou serviço de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos atendidos os requisitos da Lei;

d) Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

XIV- a concessão de alvarás, licenças para reforma, ampliação, construção, localização ou funcionamento, na faixa de terras compreendidas entre o alodial e o Rio Araguaia, em toda a sua extensão definida na área urbana e suburbana, que fica inclusive declarada de área não edificável e de utilidade pública, destinada ao lazer, turismo, construção do cais de arrimo, proteção ecológica e outros de interesse da coletividade;

Parágrafo único. O Poder Executivo autorizará obras, serviços, concederá alvarás ou licenças, desde que acompanhadas de laudo favorável da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do Município.

XV- remunerar qualquer Membro de Conselho Municipal, exceto os membros do Conselho Tutelar, em razão de suas funções executivas.

TÍTULO II  
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES  
CAPÍTULO I  
DO PODER LEGISLATIVO  
SEÇÃO I  
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 12. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos pelo povo, nos termos da Legislação Federal.

§ 1º Cada legislatura terá duração de 4 (quatro) anos;

§ 2º O número de vereadores a Câmara Municipal será proporcional à população do Município de Conceição do Araguaia, e com observância aos limites da Constituição Federal;

§ 3º A população do Município, para fins do parágrafo anterior, será aquela definida pelos órgãos oficiais, em senso ou estimativas, no ano anterior às eleições municipais.

Art. 13. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º agosto a 15 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados;

§ 2º A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno;

§ 3º As deliberações da Câmara e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros, salvo disposições em contrário nas Constituições Federal ou Estadual e nesta Lei Orgânica que exijam quorum superior qualificados;

*contas*  
§ 4º A administração financeira da Câmara Municipal é independente do Poder Executivo e será exercida pela Mesa Diretora.

§ 5º O Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal ficam obrigados a apresentar balancetes trimestrais, até trinta dias após encerrado o trimestre, discriminando receitas e despesas, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, ficando tais balancetes e respectivas documentação no prédio da Câmara Municipal, por trinta (30) dias no mínimo, em local de fácil acesso, para conhecimento do povo.

§ 6º Ao remeter anualmente sua prestação de contas ao Tribunal de Contas dos Municípios, o Prefeito enviará cópia de todo o processo para a Câmara Municipal, onde as contas ficarão durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei.

Art. 14. As contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal, após julgadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, serão apreciadas pelo Plenário da Câmara Municipal, sem a participação dos membros da mesa que integravam a mesma, funcionando como Presidente neste procedimento, o vereador mais idoso.



SEÇÃO II  
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 15. Cabe à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado na letra "B" deste artigo, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:

A) COMPETÊNCIA GENÉRICA

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a Legislação Federal e Estadual no que couber;

II - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistia fiscais e a remissão de dívida;

III - votar, o Orçamento Anual e o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentária, bem como autorizar a abertura de créditos adicionais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamentos;

V - autorizar a concessão de auxílios, subvenções e contribuições em geral;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão de direito real de uso de bens Municipais;

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis, vedada esta em qualquer hipótese nos últimos 3 (três) meses do mandato do Prefeito;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI - dispor sobre a criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas, em todos os poderes bem como na administração indireta, fixando-lhes vencimentos e salários;

XII - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos;

XIII - legislar sobre ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XIV - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

XV - autorizar a locação de bens imóveis para a administração municipal;

XVI - registrar, acompanhar e fiscalizar, as concessões de pesquisas e explorações dos recursos hídricos e minerais em seu território;

#### B) COMPETÊNCIA PRIVATIVA

I - tomar e julgar as contas do Prefeito;

II- eleger a Mesa, bem como destitui-la e constituir comissões, na forma regimental;

III- elaborar o seu Regimento Interno, dispondo sobre seus serviços administrativos, sua organização, seu funcionamento e sua polícia interna;

IV - dispor sobre seus serviços administrativos, sua organização e funcionamento, sua política de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação das respectivas remunerações observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V- dar posse ao Prefeito, ao Vice - Prefeito e aos Vereadores, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo quando for o caso;

VI- conceder licença ao Prefeito, ao Vice - Prefeito e a Vereadores para afastamento do cargo;

VII- dispor sobre os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, até 30 (trinta) antes das eleições municipais, observado o que dispõem os artigos 29, V, VI, 29-A, 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal.

VIII - criar Comissões Parlamentares de Inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência Municipal, sempre que requerer, pelo menos, um quinto de seus membros;

- IX - Solicitar informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração municipal;
- X - Convocar Secretários Municipais e dirigentes de órgãos ou entidades de administração direta e indireta, e fundacional, para prestar informações sobre matérias de sua competência;
- XI - Julgar o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos na Constituição e nesta Lei;
- XII- decidir sobre a perda de mandato do Prefeito, do vice-Prefeito e de Vereadores, por voto da maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, nas hipóteses previstas na Constituição Federal, Estadual e nesta Lei Orgânica, mediante provocação da Mesa, de Vereador, ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa;
- XIII- conceder título de Cidadão Honorário ou qualquer outra honraria a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao município, sendo necessária a juntada na proposição inicial do competente Currículo Vitae do agraciado, ficando revogada automaticamente tal honraria, caso o agraciado deixe de recebê-la no prazo de até 6 (seis) meses após comunicação escrita feita pela Câmara;
- XIV- exercer com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, inclusive suas entidades da administração indireta e fundacional;
- XV - suspender no todo ou em parte a Execução de Lei ou ato normativo municipal declarado inconstitucional em decisão irreversível do Tribunal de Justiça;
- XVI- fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;
- XVII- aprovar titulares de cargos que a Lei determinar;
- XVIII- autorizar referendo e convocar plebiscito, na forma da Lei;
- XIX- zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;
- § 1º O subsídio dos Vereadores observará o critério de limites máximos estabelecido no artigo 29, VI, da Constituição Federal.
- § 2º O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os gastos com os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos não poderá ultrapassar o percentual estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal;

§ 3º As despesas com as remunerações tratadas neste artigo que com ele conflitarem, serão imediatamente adequadas aos limites aqui estabelecidos;

§ 4º Não tendo sido fixada a remuneração na legislatura anterior, ficam mantidos os valores vigentes em Dezembro do último exercício da mesma, apenas admitidas a atualização de valores;

§ 5º A Lei fixará critérios de indenização de despesas de viagem do Prefeito, do Vice - Prefeito e dos Vereadores;

§ 6º A Câmara Municipal delibera, mediante Resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decretos Legislativos;

§ 7º É fixado em 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que o Prefeito preste informações e encaminhe os documentos requisitados pelo Poder Legislativo, na forma do disposto na presente Lei;

§ 8º A falta do atendimento por parte do Prefeito, será considerada desacato à Câmara e ensejará a instauração do respectivo processo, na forma da Legislação Federal e consequente cassação do mandato, assegurada ampla defesa ao acusado;

§ 9º O não comparecimento do vereador ou suplente que estiver ocupando cargo em comissão no executivo, será considerado procedimento incompatível com a dignidade da Câmara e proceder-se-á na forma do parágrafo anterior.

### SEÇÃO III DA INSTALAÇÃO E POSSE

Art. 16. No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, em sessão solene de INSTALAÇÃO, independente do número, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º A Sessão solene de INSTALAÇÃO poderá ocorrer em local diverso ao da sede da Câmara Municipal.

§ 2º O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista nesse artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 3º No ato da posse e anualmente até o término do mandato, os Vereadores juntamente com o cônjuge ou companheira (o), deverão fazer declarações de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, Constando das respectivas atas, o seu resumo.

SEÇÃO IV  
DOS VEREADORES

Art. 17. Os Vereadores no exercício do mandato e na circunscrição do município, são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 18. Aplicam-se aos Vereadores, observadas as similaridades, no que couber as mesmas proibições e incompatibilidades no exercício do mandato da vereança, como tais aplicadas pela Constituição Federal aos membros do Congresso Nacional.

Art. 19. Perderá o mandato o Vereador:

I- que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II- que fixar residência fora do Município;

III- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

IV- deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Casa, salvo licença ou missão por esta autorizada;

V- que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VI- quando o decretar a Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição Federal e Estadual;

VII- que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível;

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara Municipal ou à percepção de vantagens indevidas.

Y § 2º O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, podendo nesta hipótese, optar pela remuneração do mandato.

Art. 20. O vereador poderá licenciar-se somente:

I - por moléstia devidamente comprovada, em licença gestante ou paternidade;

II- para desempenhar missões temporárias de caráter cultural, técnico ou científico, ou de interesse do Município;



III- para tratar de interesse particular, por prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias e nem superior a 120 (cento e vinte) dias, por Sessão Legislativa;

Parágrafo único. Para fins de remuneração considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I e II;

Art. 21. No caso de vaga ou de licença do Vereador o Presidente convocará imediatamente o suplente.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara;

§ 2º Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Superior Eleitoral;

§ 3º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes;

Art. 22. Os vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberam informações.

#### SEÇÃO V DA MESA DA CÂMARA

Art. 23. No primeiro dia da legislatura, imediatamente após a sessão solene de posse, os Vereadores reunir-se-ão na sede da Câmara Municipal, sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta de seus membros, elegerão os componentes da Mesa que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º A Mesa da Câmara será composta de: Presidente, vice-Presidente, 1º e 2º Secretários;

§ 2º Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a mesa.

§ 3º Na constituição da mesa, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara Municipal;

§ 4º Em qualquer caso, na composição da Mesa, haverá pelo menos um Vereador integrante da oposição;

§ 5º Na ausência dos membros da mesa, o vereador mais votado assumirá a Presidência;

Art. 24. Ao concluir os trabalhos de cada uma das três (03) primeiras sessões legislativas anuais, na última sessão ordinária do 2º período legislativo, reservar-se-á a ordem do dia para a realização da eleição para composição dos membros da Mesa Diretora, que dirigirá os trabalhos na sessão legislativa anual subsequente, cabendo ao Presidente cujo mandato se finda, proceder a respectiva eleição e a declaração do resultado. (Redação da Elom nº 002/98)

Parágrafo único. Os eleitos tomarão posse no dia primeiro de Janeiro subsequente. (Redação da Elom nº 002/98)

Art. 25. O Regimento Interno da Câmara Municipal disporá sobre a forma da eleição e da composição da Mesa.

Art. 26. O mandato da Mesa será de 01 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente da mesma legislatura. (Redação da Elom nº 001/98)

Art. 27. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto da maioria absoluta da Câmara quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para completar o mandato.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese o processo legislativo correspondente será precedido de procedimento no qual será assegurada ampla defesa.

Art. 28. À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - propor projetos que criem ou extingam cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara e fixem as respectivas remunerações.

II - elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las quando necessário;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total de dotação da Câmara;

IV - suplementar, mediante Ato as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua abertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V - devolver a Tesouraria da Prefeitura Municipal o saldo de caixa, existente na Câmara no final do exercício, desde que não comprometido com "restos à pagar", ou ainda com destinação especificada em Lei;

VI - receber até o dia 20 (vinte) de cada mês, o duodécimo a que tem direito a Câmara pela lei orçamentária do Município, conforme art. 26 da Constituição Estadual;

VII - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Secretaria da Câmara Municipal, nos termos da Lei e resoluções;

VIII - declarar a perda do mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer vereador, de suplente de vereador ou de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos IV e V do art. 19 desta Lei, assegurada ampla defesa;

IX - representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal.

Art. 29. Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário;

V - fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capitais;

VII - apresentar ao plenário, até o dia 30 (trinta) de cada mês o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;

VIII - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar força se necessário para esse fim.

Art. 30. O Presidente da Câmara, ou seu substituto, só terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



- III - quando houver empate em qualquer votação no Plenário;
- IV - quando a votação for secreta.

SEÇÃO VI  
DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Art. 31. Independentemente de convocação, a sessão legislativa ordinária desenvolve-se de 15 DE Fevereiro a 30 de Junho e de 1º de Agosto a 15 de Dezembro. 1º de V.

§ 1º No primeiro ano da legislatura a Câmara Municipal reunir-se-á em sessão solene, em 1º de Janeiro em sessões especiais para posse dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e da Mesa Diretora, na forma dessa lei;

§ 2º A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Projeto de Lei do Orçamento anual;

§ 3º As sessões da Câmara, serão públicas.

Art. 32. As sessões da Câmara, só poderão ser abertas com a presença de no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.

SEÇÃO VII  
DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 33. A convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á:

- I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
- II - pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- III - pelo Presidente da Câmara Municipal;
- IV - Pela comissão a que se refere o art. 38 desta Lei.

Art. 34. A convocação, nos casos a que se alude o artigo anterior, será mediante ofício ao Presidente da Câmara, do qual constarão:

- I - a matéria deverá constar de sua pauta de trabalhos;
- II - o período da sessão legislativa extraordinária, cujo início não poderá ter prazo inferior a 24 (vinte e quatro) horas, contados da respectiva convocação;

Parágrafo único. O presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos vereadores em sessão ou fora dela, mediante neste último caso, de comunicação pessoal escrita que lhe será encaminhada no prazo previsto no Regimento Interno.

Art. 35. Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

### SEÇÃO VIII DAS COMISSÕES

Art. 36. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º Às comissões, cabe:

- I - emitir parecer sobre matérias de sua competência;
- II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III - acompanhar, junto ao Governo Municipal, os atos de regulamentação, valendo por sua completa adequação;
- IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V - acompanhar junto à Prefeitura, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;
- VI - solicitar depoimentos ou esclarecimentos de qualquer autoridade ou cidadão;
- VII - apreciar programas de obras, planos de governo municipal e sobre eles emitir parecer.

§ Vincados

Art. 37. As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigações, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal e serão criadas mediante requerimento de 1/5 (um quinto) dos membros do Legislativo, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º As Comissões Parlamentares de Inquérito, no interesse da investigação, poderão:

I - proceder a vistoria e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades da administração indireta onde terão livre acesso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e apresentação dos esclarecimentos necessários;

III - transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

§ 2º - No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as comissões parlamentares de inquérito, por intermédio de seu presidente:

I - determinar as diligências que reputarem necessárias;

II - requerer convocação de Secretário Municipal;

III - tomar o depoimento de quaisquer autoridades municipais, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV - proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta do Município.

§ 3º É fixado em 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 38. Durante o recesso, salvo convocação extraordinária, haverá uma Comissão Representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no Regimento Interno, cuja composição reproduzirá tanto quanto possível a proporcionalidade da representação partidária.

I - durante o mês de Janeiro do primeiro ano da legislatura caberá a Mesa as atribuições da comissão referida no caput deste artigo.

II - reunir-se, ordinariamente, uma vez por semana, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente;

- III - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- IV - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;
- V - autorizar o Prefeito e Vice-Prefeito a se ausentarem do Município por mais de 15 (quinze) dias;
- VI - convocar extraordinariamente, a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante;
- § 1º A Comissão Representativa, constituída por 5 (cinco) vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara Municipal;
- § 2º A Comissão Representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO IX  
PROCESSO LEGISLATIVO  
SUBSEÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O processo legislativo compreende:

- I - emendas à Lei Orgânica do Município;
- II - leis Complementares;
- III - leis Ordinárias;
- IV - leis Delegadas;
- V - decretos Legislativos;
- VI - resoluções.

§ 1º A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis dar-se-á na conformidade de Lei Complementar Federal, Lei Estadual, desta Lei Orgânica, do Regimento Interno Cameral e da Lei Municipal nº 881/2004.

§ 2º Em decorrência da soberania do Plenário, todos os atos da Mesa, da Presidência e das Comissões, estão sujeitas ao seu império.

§ 3º O Plenário pode avocar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, qualquer matéria ou atos submetidos à Mesa, à Presidência ou a Comissões para sobre eles deliberar.

SUBSEÇÃO II  
DAS EMENDAS DA LEI ORGÂNICA

*5 Meados*

Art. 40. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

- I - do Prefeito Municipal;
- II - de  $1/3$  (um terço) no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e
- III - de 5% (cinco por cento) do eleitorado identificado pelos títulos eleitorais, sendo que os subscritores devem estar distribuídos na área urbana, rural e nos distritos, e atingir o mínimo de três décimos por cento dos eleitores dessas áreas.

§ 1º A proposta de emenda da Lei Orgânica do Município será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável de  $2/3$  (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, no segundo turno de votação.

§ 2º A emenda aprovada nos termos deste artigo, será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 3º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a contrariar os princípios estabelecidos na Constituição Federal e os preceitos de seu art. 29 e 29-A, bem como os da Constituição do Estado do Pará.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III  
DAS LEIS

Art. 41. As Leis Complementares, para sua aprovação, exigem o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único. São Leis Complementares as concernentes às seguintes matérias:

- I - código Tributário do Município; x
- II - estatuto dos Servidores Municipais; >
- III - código de Obras, Posturas, ou de Edificações;
- IV - criação de cargos e aumento de vencimentos dos servidores da Prefeitura Municipal;
- V - plano Diretor do Município;
- VI - zoneamento Urbano e Diretrizes Suplementares de uso e ocupação do solo;
- VII - regime Jurídico dos Servidores Municipais. x

Art. 42. A iniciativa popular de Projeto de Lei será exercida mediante a subscrição por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, da cidade, do bairro ou da comunidade rural, conforme interesse ou abrangência da proposta.

§ 1º Os Projetos de Lei apresentados através de iniciativa popular serão inscritos prioritariamente na ordem do dia da Câmara.

§ 2º Os projetos serão discutidos e votados no prazo máximo de noventa dias, garantida a defesa em plenário por um dos cinco primeiros signatários.

§ 3º Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o projeto irá automaticamente para a votação, independente de pareceres.

§ 4º Não tendo sido votado até o encerramento da sessão legislativa estará inscrito para a votação na sessão seguinte da mesma legislatura ou na primeira sessão da legislatura seguinte.

§ 5º Caberá ao Regimento Interno da Câmara Municipal assegurar o disposto sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na tribuna da Câmara.

Art. 43. As Leis Ordinárias exigem, para sua aprovação o voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes no Plenário.

Art. 44. Nenhum Projeto de Lei que implique a criação ou o aumento de despesas públicas, será aprovado e sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis próprios, para atender aos novos encargos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a créditos extraordinários.



Art. 45. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara, e seus cidadãos, observado o disposto nesta Lei.

Art. 46. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos Projetos de Lei que disponham sobre:

I - a criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; ✓

II - regime Jurídico dos Servidores Municipais; e ✓

III - organização administrativa da Prefeitura Municipal e órgão da administração indireta, inclusive fundacional. ✓

Art. 47. Não será admitido o aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusivos do Prefeito ressalvados os concernentes à matéria tributária;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 48. A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

Parágrafo único. A tramitação dos Projetos de Lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo, tanto quanto a regulamentação a ser definida no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 49. O cidadão e os representantes das entidades civis que desejarem poderão usar da palavra durante a primeira discussão dos Projetos de Lei, para opinarem sobre eles, desde que se inscrevam em lista especial na Secretária da Câmara, antes de iniciada a sessão.

Parágrafo único. O Regimento Interno da Câmara Municipal estabelecerá as condições e requisitos para o uso da palavra pelos mesmos.

Art. 50. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes na forma da lei, os quais deverão ser apreciados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na pauta da ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos.

§ 2º O prazo referido, neste artigo, não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos que versem sobre codificação.

Art. 51. O projeto aprovado será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara como autógrafo, ao Prefeito que, concordando, o sancionará e promulgará, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 52. Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 1º O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º As razões do veto serão apreciadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados de seu recebimento, em uma única discussão.

§ 3º O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutínio secreto.

§ 4º Esgotado, sem deliberação o prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestada as demais proposições, até sua votação final.

§ 5º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas, para a promulgação.

§ 6º Se o Prefeito não promulgar a lei em 48 (quarenta e oito) horas, no caso de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo fazê-lo.

§ 7º A Lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua promulgação.

§ 8º Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas com o mesmo número de Lei original, observado o prazo estipulado no § 6º, deste artigo.

§ 9º O prazo previsto no § 2º deste artigo não ocorre nos períodos de recesso da Câmara Municipal.



§ 10º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11º Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 53. A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1º Considera-se rejeitado o Projeto de Lei, para os efeitos deste artigo quando, embora aprovado pela Câmara, tiver sido o veto, total ou parcial, por ela acolhido.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Art. 54. A publicação dos atos oficiais do Município deverá ser feita no Diário Oficial do Estado, no Diário Oficial do Município, e ainda na ausência destes, em caráter excepcional, em local de fácil acesso ao público, na Prefeitura e no Município.

#### SUBSEÇÃO DOS DECRETOS LEGISLATIVOS

Art. 55.  
destinada  
Município  
sanção

Parágrafo  
em um  
Presidência

Art. 56  
a regula  
competência

Parágrafo 1º  
em um só texto  
da Câmara.

Art. 57.  
as hipóteses  
através de Dec.

SUBSEÇÃO V  
DAS DELIBERAÇÕES

Art. 58. A discussão e votação da matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos nesta Lei.

Art. 59. Não poderá votar o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se a votação, se seu voto for decisivo.

Parágrafo único. O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos:

- I - no julgamento de Vereadores, do Prefeito e do Vice;
- II - na eleição dos membros da Mesa e dos substitutos bem como no preenchimento de qualquer vaga;
- III - na votação de Decreto Legislativo, para concessão de qualquer honraria;
- IV - na votação de veto aposto pelo Prefeito.

*Mudou. Emenda nº 002/2013  
voto aberto. 27-08-2013*

SEÇÃO V  
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL  
FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 60. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa, física e entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 61. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios e compreenderá: a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções e auditoria financeira e orçamentária, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, bem como:

I - a apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara;  
II- Acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município;

III - julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa e perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Municipal;

IV- inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando requeridas pela Câmara Municipal ou por iniciativa da comissão técnica ou parlamentar de inquérito, nas unidades administrativas dos poderes Legislativo e Executivo e demais entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações do Município.

§ 1º O Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas, no prazo fixado em lei Estadual, as suas contas e as da Câmara Municipal, apresentada pela Mesa, as quais ser-lhe-ão entregues até 30 (trinta) dias anteriores à remessa àquele tribunal.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios sobre que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, que sobre ele deverá pronunciar-se no prazo de 90 (noventa) dias após o seu recebimento.

§ 3º Para os efeitos dos artigos anteriores, o Prefeito deverá remeter a Câmara e ao Tribunal de Contas do Município até 31 de março, as contas relativas à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior, tanto da administração direta quanto da administração indireta.

§ 4º Se o Executivo não prestar as contas até 31 de março, a Câmara elegerá uma comissão para tomá-la com acesso e poderes, para examinar a escrituração e os comprovantes da receita e despesas do Município.

§ 5º Das contas do Executivo deverão ser encaminhadas ao Legislativo, até trinta dias após a sua realização, cópias para que seja feita análise comparativa entre a receita e despesa.

Art. 62. As contas relativas à aplicação, pelo Município dos recursos recebidos da União e do Estado serão prestadas pelo Prefeito diretamente aos Tribunais de Contas respectivos, sem prejuízo de sua inclusão na prestação geral de contas à Câmara.

Art. 63. Os poderes Legislativo e Executivo, de forma integrada, manterão sistema de controle interno com a finalidade de:

I- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, à execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado; e

III- apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional;

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas dos Municípios, ao Prefeito e a Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima, para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, o Prefeito e a Câmara Municipal.

Art. 64. O balancete relativo à receita e despesa do mês anterior será encaminhado à Câmara e publicado mensalmente, até o dia 20 (vinte), mediante edital afixado no edifício da Prefeitura e da Câmara, conforme o caso, de igual forma, será dado à publicidade pelo órgão oficial do município, ou por órgão de imprensa local.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal encaminhará a Câmara, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, cópias dos extratos bancários, das notas fiscais de compras e serviços, de todas as licitações, dos cheques emitidos, das notas de empenhos realizados pelo Município no mês anterior, que ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na Câmara Municipal, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade Concepcionense. (Redação da ELOM nº 001/2003)

Art. 65. As contas do município ficarão, durante todo o exercício, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei. (Redação da ELOM nº 001/2003)

§ 1º O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante petição escrita e por ele assinada perante a Câmara Municipal;

§ 2º A Câmara apreciará as objeções ou impugnações do contribuinte em sessão ordinária dentro de no máximo vinte dias a contar de seu recebimento;

§ 3º Se acolher a petição, remeterá o expediente ao Tribunal de Contas, para pronunciamento, e ao Prefeito, para defesa e explicação, depois do que julgará as contas em definitivo.

CAPITULO II  
DO PODER EXECUTIVO  
SEÇÃO I  
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 66. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Art. 67. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse perante a Câmara Municipal e prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município e as Leis.

§ 1º Se a Câmara não estiver instalada ou se deixar de se reunir para dar posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse, dentro de quinze dias da data fixada para esta, perante o Juiz de Direito da Comarca ou seu substituto legal;

§ 2º Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago, pela Câmara Municipal;

Art. 68. O Prefeito será substituído, no caso de ausência do Município ou de impedimento, e sucedido, no de vaga, pelo Vice-Prefeito.

§ 1º Em caso de ausência ou impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados aos exercícios da Prefeitura os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal, obedecida a respectiva ordem, ou ainda o Secretário Municipal de Administração, lavrando-se o ato de transmissão em livro próprio.

§ 2º Implica responsabilidade a não transmissão do cargo no caso de ausência ou impedimento;

- Presidente  
- Vice  
- 1º Secret.  
- 2º Secret. 30 } depois destes  
é o secretário administrativo  
cuja que se registra em livro próprio



§ 3º O Vice-Prefeito em pleno exercício do seu mandato não poderá recusar-se a substituir ao Prefeito, sob pena de perda do respectivo mandato;

§ 4º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela Lei Orgânica, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele seja convocado para missões especiais, podendo inclusive, ser nomeado Secretário Municipal, sem prejuízo de suas obrigações e tendo direito a optar por um dos vencimentos.

Art. 69 - Vagando o cargo de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância no último ano do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita até 30 (trinta) depois da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da Lei;

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 70. O Prefeito e o Vice-Prefeito devem residir no Município, e dele não poderão ausentar-se, por tempo superior a quinze dias consecutivos, e, para o exterior, por qualquer tempo, sem prévia licença da Câmara Municipal, implicando o descumprimento do disposto neste artigo na perda do mandato.

Art. 71. As Proibições e incompatibilidades dos Vereadores aplicam-se no que couber, ao Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 72. Por ocasião da posse e, anualmente até o término do mandato, o Prefeito, juntamente com seu cônjuge ou companheira(o) farão declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas seu resumo.

Parágrafo Único. O Vice- Prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo, conforme o caput do artigo acima.

Art. 73. O prefeito regularmente licenciado terá direito a receber a remuneração quando:

I- impossibilitado de exercer o cargo por motivo de doença devidamente comprovada;

II- em gozo de férias;

III- a serviço ou em missão de representação do Município.

Parágrafo Único. O Prefeito gozará de férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de remuneração, ficando à seu critério a época para usufruir do descanso.

Art. 74. O Prefeito Municipal fará publicar:

I- mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

II- anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Município, ou por afixação na sede da Prefeitura e Câmara Municipal, as contas da administração, constituída do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

## SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 75. Compete privativamente ao Prefeito:

I- nomear e exonerar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

II- exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal;

III- iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV- sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V- vetar projetos de Lei, total ou parcialmente;

VI- dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;

VII- comparecer ou remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

VIII- nomear, após aprovação pela Câmara Municipal, os servidores que a lei assim determinar;

IX- enviar a Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica;

X- promover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei;

XI- exercer outras atribuições previstas nesta lei Orgânica;

XII- apresentar o Plano Diretor do Desenvolvimento até 6 (seis) meses após a promulgação desta lei, para o presente mandato e

para mandatos subsequente, até o dia 15 de março do ano da investidura do mandato. O Plano Diretor de Desenvolvimento independerá do Orçamento Anual e deverá compreender todo o mandato do gestor municipal;

XIII- representar o Município em juízo e fora dele;

XIV- celebrar Convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município;

XV- solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal na forma da Lei;

XVI- decretar situação de calamidade pública quando ocorrerem fatos que a justifiquem;

XVII- superintender a arrecadação dos tributos e preços bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;

XVIII- aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso;

### SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 76. São crimes de responsabilidade, julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado e apenados com perda do mandato, os atos do Prefeito que atentem contra a Constituição Federal, a Estadual, e a Lei Orgânica do Município e, especialmente, contra: (Redação da ELOM nº 001/2002)

I- a existência do Município;

II- o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público;

III- o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV- a segurança interna do Município;

V- a probidade na Administração;

VI- a lei Orçamentária;

VII- o cumprimento das leis e das decisões judiciais.



# DEVERES DO PREFEITO MUNICIPAL, SOBRE PENALIDADE DE MANDATO.

§ 1º O Prefeito será julgado, por infrações penais comuns perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 2º Recebida a denúncia ou queixa-crime contra o Prefeito, pelo tribunal de justiça, a Câmara decidirá sobre a designação de Procurador para assistente de acusação;

§ 3º O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento de denúncia ou queixa crime pelo Tribunal de Justiça, que cessará se, até 120 (cento e oitenta) dias, não tiver concluído o julgamento;

§ 4º O Prefeito será afastado definitivamente do cargo em caso de condenação, após o trânsito de sentença em julgado.

Art. 77. São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal sujeitas a julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I- impedir o funcionamento regular da Câmara;

II- impedir exame de livros, folhas de pagamentos e demais documentos que devem constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por omissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III- desatender, sem motivo justo, às convocações ou aos pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV- retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V- deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI- descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII- praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII- omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX- ausentar-se do município, por tempo superior ao permitido em Lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;

X- proceder de modo incompatível com a dignidade e decoro do cargo;

XI- deixar de repassar até o dia 20 (vinte) de cada mês, o duodécimo a que tem direito a Câmara Municipal pela Lei

Orçamentária do Município, conforme Art. 62 da Constituição Estadual;

XIII- atentar contra a probidade na administração. (Redação da ELOM nº 001/2002)

#### SEÇÃO IV DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 78. Os Secretários Municipais, como agentes políticos, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos político, e, estarão sujeitos, desde a posse, às mesmas incompatibilidades e Proibições estabelecidas para os Vereadores.

Parágrafo Único. Compete aos Secretários Municipais além de outras atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica e em Lei Complementar:

I- exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II- expedir instruções para a execução das Leis, decretos e regulamentos;

III- praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

IV- apresentar ao Prefeito Municipal relatório Semestral de sua gestão na Secretaria;

V - ao Secretário Municipal de Fazenda, ou seu substituto, assinar todos os cheques emitidos nas contas correntes da Prefeitura Municipal, conjuntamente com o chefe do Poder Executivo. (Redação da ELOM 001/2003)

Art. 79. Os secretários Municipais São responsáveis pelos atos que assinarem, ainda que juntamente com o Prefeito, e pelos atos que praticarem, inclusive por ordem deste.

Art. 80. Os Secretários Municipais São obrigados:

I- a comparecer perante a Câmara Municipal ou a qualquer de suas comissões, quando convocados para pessoalmente prestar informações a cerca de assunto previamente determinado;

II- responder no prazo de 15 (quinze) dias, pedidos de informação encaminhados por escrito pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único. A falta de comparecimento, ou de resposta ao pedido de informações, importará crime de responsabilidade, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 81. Além dos casos referidos no artigo anterior, São de crime de responsabilidade do Secretário Municipal os mesmos atribuídos ao Prefeito e os que forem definidos em Lei Federal ou Estadual.

Art. 82. Os Secretários Municipais, juntamente com seus ou companheiras (os), farão declaração de bens no ato da posse, e, anualmente até o término do exercício do cargo.

Parágrafo Único. A infringência ao disposto neste artigo importa crime de responsabilidade.

Art. 83. A Lei Complementar disporá sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais.

Art. 84. Nenhum órgão da administração pública Municipal, direta ou indireta, deixará de ser estruturada a uma Secretaria Municipal.

Parágrafo Único. A chefia do Gabinete do Prefeito e a Procuradoria Geral do Município, terão o status de Secretaria Municipal.

## SEÇÃO V DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 85. A Procuradoria Geral do Município é a instituição que representa como advocacia geral, o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

## SEÇÃO VI DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 86. A Guarda Municipal destina-se à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e comando na forma da Lei Complementar.

§ 1º A Lei Complementar de criação da Guarda Municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho com base na hierarquia e disciplina;

§ 2º A investidura nos cargos da Guarda Municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

## SEÇÃO VII DA CONSULTA POPULAR

Art. 87. O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distritos, cujas medidas deverão ser tomadas diretamente pela administração Municipal.

Art. 88. A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado inscrito no município, no bairro ou no distrito, com a identificação do título eleitoral, apresentarem proposições nesse sentido.

Art. 89. A votação será organizada pelo Poder Executivo no Prazo de dois meses após a apresentação da proposição, adotando-se a cédula oficial que conterá as palavras SIM e NÃO, indicando, respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

§ 1º A proposta será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos eleitores envolvidos.

§ 2º Serão realizadas, no máximo, duas consultas por ano;

§ 3º - É vedada a realização de consulta popular nos quatro meses que antecedem as eleições para qualquer nível de Governo.

Art. 90. O Prefeito proclamará o resultado da consulta popular, que será considerada como decisão sobre a questão proposta, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para sua consecução.

SEÇÃO VIII  
DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 91. Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal preparará o relatório da situação da administração, entregando à Câmara Municipal, e que contará entre outras, informações atualizadas sobre:

I- dívida do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas em longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II- medidas necessárias à regularização das contas Municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III- prestação de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

IV- situação de contratos com concessionárias de serviços públicos;

V- estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI- transferência a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

VII- projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

VIII- situação dos Servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício;

Art. 92. É vedado ao Prefeito Municipal assumir por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término do seu mandato, não previstos na Legislação Orçamentária.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública;

§ 2º Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.



SEÇÃO IX  
DOS CONSELHOS POPULARES

Art. 93 - Além das diversas formas de participação populares nesta Lei Orgânica, fica assegurada a existência de Conselhos Populares, que serão objetos de leis complementares ou específicas, que funcionarão como órgãos de consulta, assessoramento, e que serão compostos por número ímpar de membros, observando quando for o caso, a representatividade da Administração Municipal, do Poder Legislativo, das entidades públicas, associativas, classistas e dos contribuintes, sendo que as entidades privadas indicarão os seus representantes.

Art. 94. Os órgãos previstos no artigo anterior terão os seguintes objetivos:

- I- discutir problemas suscitados pela comunidade;
- II- assessorar o Executivo nos encaminhamentos dos problemas;
- III- discutir as prioridades do Município;
- IV- auxiliar o planejamento da cidade;
- V- discutir, assessorar sobre as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e plurianual.

SEÇÃO X  
DA FISCALIZAÇÃO POPULAR

Art. 95. Todo cidadão tem direito de ser informado dos atos da administração municipal.

Parágrafo Único. Compete a administração municipal garantir os meios para que essa informação se realize.

Art. 96. Toda a entidade da sociedade civil poderá requerer ao Prefeito ou outra autoridade do Município a realização de audiência pública para que esclareça determinado ato ou projeto da administração.

§ 1º A audiência deverá ser, obrigatoriamente concedida no prazo de trinta dias, devendo ficar à disposição da população, desde o requerimento, toda a documentação atinente ao tema.

§ 2º Cada entidade terá direito, no máximo, à realização de (2) duas audiências por ano, ficando a partir daí, a critério da autoridade requerida deferir ou não o pedido;

§ 3º Da audiência pública poderão participar, além da entidade requerente, cidadão e outras entidades interessadas;

§ 4º As audiências previstas neste artigo deverão ser divulgadas com, no mínimo (1) um mês de antecedência na Câmara Municipal, no Mercado, nas Escolas Municipais.

Art. 97. Toda entidade da sociedade civil, regularmente registrada, poderá fazer pedido de informação sobre ato ou projeto da administração que deverá responder no prazo de 15 (quinze) dias ou justificar a impossibilidade da resposta.

Parágrafo Único - Nenhuma taxa será cobrada pelos requerimentos de que trata este artigo.

#### SEÇÃO XI DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 98. Fica criada a Comissão Municipal de defesa do Consumidor - COMDECON - visando assegurar os direitos e interesse do consumidor.

Art. 99. A Comissão Municipal de Defesa do Consumidor, compete:

- a) formular, coordenar e executar programas e atividades relacionadas com a defesa do consumidor, buscando, quando for o caso, apoio e assessoria nos demais órgãos congêneres Estadual ou Federais;
- b) fiscalizar os produtos e serviços, inclusive os públicos;
- c) zelar pela qualidade, quantidade, preço, apresentação e distribuição dos produtos e serviços;
- d) emitir pareceres técnicos sobre os assuntos e serviços consumidos no município;
- e) receber e apurar reclamações de consumidores, encaminhando-as e acompanhando-as junto aos órgãos competentes;
- f) propor soluções, melhorias e medidas legislativas de defesa do consumidor;

g) por declaração de competência, autuar os infratores aplicando sanções de ordem administrativa e pecuniária, inclusive, exercendo o poder de polícia municipal e, encaminhando, quando for o caso, ao representante local do Ministério Público as eventuais provas de crime ou contravenções penais;

h) denunciar, publicamente, através da imprensa, as empresas infratoras;

i) buscar integração, por meio de convênios, com os municípios vizinhos, visando melhorar a consecução de seus objetivos;

j) orientar e educar os consumidores através de cartilhas, manuais, folhetos ilustrados, cartazes e pela imprensa;

k) incentivar a organização comunitária e estimular as entidades existentes;

Art. 100. A COMDECON será vinculada ao Gabinete do Prefeito, executando trabalho de interesse social em harmonia e com pronta colaboração dos demais órgãos municipais.

Art. 101. A COMDECON será dirigida por um presidente designado pelo Prefeito Municipal, dois membros do Poder Legislativo e dois membros representantes da sociedade civil, cujos nomes serão previamente indicados e aprovados pela Câmara Municipal, e terão o mandato de dois anos.

Parágrafo Único. O Presidente e os membros da COMDECON poderão ser destituídos pelos votos da maioria absoluta da Câmara Municipal, e terão as seguintes atribuições;

I - assessorar o Prefeito na formação e execução da política global relacionada com a defesa do consumidor;

II - submeter ao Prefeito os programas de trabalhos, medidas, proposições e sugestões, objetivando a melhoria das atividades mencionadas;

III - exercer o poder normativo e a direção superior da COMDECON, orientando, supervisionando os seus trabalhos e promovendo as medidas necessárias ao fiel cumprimento de suas finalidades.

TÍTULO III  
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL  
CAPÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 102. O Município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho

humano e na livre iniciativa, existência digna, observados os seguintes princípios;

I- autonomia Municipal;

II- propriedade Privada;

III- função social da Propriedade;

IV- livre concorrência;

V- defesa do consumidor;

VI- defesa do meio ambiente;

VII- redução das desigualdades sociais;

VIII- tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e microempresa;

IX- condenação dos atos de exploração do homem pelo homem e de exploração predatória da natureza, considerando-se juridicamente ilícito e moralmente indefensável qualquer ganho individual ou social auferido com base neles;

X- democratização do acesso à propriedade dos meios de produção e de sua distribuição;

XI- integração das ações do Município com as do Estado e da União no sentido de garantir a segurança social destinadas a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação e à assistência social;

XII- estímulo à participação da comunidade através de organizações representativas delas.

§ 1º É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica independente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo os casos previstos em lei.

§ 2º Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, na forma da lei, as empresas Municipais e as brasileiras de capital nacional.

§ 3º O Poder Público garantirá que a livre iniciativa não contrarie o interesse público intervindo contra o abuso do poder econômico, na promoção da justiça social.

Art. 103. O Município dispensará tratamento jurídico diferenciado à Microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em legislação municipal.

Art. 104. AS microempresas e às empresas de pequeno porte municipais serão concedidos os seguintes favores fiscais:

I- dispensa a escrituração dos livros fiscais estabelecidos pela legislação tributária do município, ficando obrigadas a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticarem ou em que intervierem;

II- autorização para utilizarem modelo simplificado de notas fiscais de serviços ou cupom de máquina registradora, na forma definida por instrução do órgão fazendário da Prefeitura.

Parágrafo Único. O tratamento diferenciado previsto neste artigo será dado aos contribuintes citados, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação específica.

Art. 105. O município, em caráter precário e por prazo limitado, definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.

Art. 106. Fica assegurada às microempresas ou às empresas de pequeno porte a simplificação ou a eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimentos administrativos em seu relacionamento com a administração municipal, direta ou indireta, especialmente em exigência relativas às licitações.

Art. 107. Os feirantes estarão incluídos no tratamento jurídico diferenciado a que se referem os artigos 103, 104, e 105 desta Lei Orgânica.

I - a Lei definirá as demais disposições e a relação do Poder Público com os pequenos produtores da feira;

II - caberá ao serviço público municipal proporcionar no espaço da feira, as condições sanitárias adequadas, bem como sua manutenção;

Art. 108. Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no município.

## CAPITULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 109. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções



sociais da cidade e seus bairros, dos distritos e seus aglomerados urbanos a garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atender às exigências fundamentais da ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor;

§ 3º Os imóveis urbanos serão desapropriados pelo Município após autorização legislativa, e pagos com prévia e justa indenização em dinheiro;

§ 4º O município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública;

Art. 110. Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário, com renda igual ou inferior a um salário mínimo mensal que não possua outro imóvel no município.

Art. 111. A execução da política urbana está condicionada às funções sociais da cidade compreendidas como direito de acesso de todo cidadão à moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, comunicação, educação, cultura, saúde, lazer e segurança, assim como a preservação do patrimônio ambiental e cultural.

Art. 112. As terras públicas não utilizadas ou sub-utilizadas poderão ser prioritariamente destinadas a assentamentos humanos de população de baixa renda.

Art. 113. O poder público criará espaço de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública.

Art. 114. Incumbe à administração municipal a promoção e execução de programas de construção de moradias populares pelos próprios interessados por modalidades alternativas e garantir em nível compatível com a dignidade da pessoa humana, condições habitacionais, saneamento básico e acesso ao transporte, utilizando recursos orçamentários próprios e oriundos de financiamento.

Art. 115. A execução da política habitacional será realizada por um órgão responsável do Município com a participação de representantes das entidades e movimentos sociais conforme dispuser a Lei.

Art. 116. O direito de propriedade territorial urbana não pressupõe o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Público, segundo critérios que forem estabelecidos em lei municipal.

Art. 117. Os sindicatos e organizações civis de caráter popular poderão solicitar doação de terrenos públicos para construção de sua sede ou de obras de assistência social e recreação.

Parágrafo Único. A doação será feita em caráter oneroso e será o referido terreno revertido ao patrimônio público no caso de extinção da associação ou da não utilização e início da construção no prazo de 90 (noventa) dias da doação.

Art. 118. A lei municipal disporá sobre zoneamento, parcelamento do solo, seu uso e ocupação, as construções e edificações, a proteção do meio ambiente, o licenciamento e a fiscalização e os parâmetros básicos do Plano Diretor ouvidas as entidades da comunidade interessada.

### CAPITULO III DO MEIO AMBIENTE

Art. 119. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao município e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações, observando o seguinte:

I- conciliação da atividade econômica e social na proteção ao meio ambiente, zelando pela utilização dos recursos naturais, de forma racional para preservação das espécies atentando para os caracteres biológicos e ecológicos e para harmonia e funcionalidade dos ecossistemas, evitando-se danos à saúde, à segurança e ao bem-estar das comunidades.

II- implantação de sistema de unidade de conservação original de espaço territorial do Município, proibida qualquer atividade ou utilização que comprometa seus atributos originais e essenciais;

III- exigir, na forma da Lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IV- estímulo e promoção do reflorestamento em áreas degradadas, objetivando especialmente, a proteção dos terrenos erosivos e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices mínimo de cobertura vegetal;

V- garantia de acesso aos interessados em informações sobre fontes e causas de poluição e da degradação ambiental;

VI- criar parque ecológico urbano, dando ao mesmo proteção diferenciada, preservando-se assim a melhor qualidade ambiental;

VII- e vedada a concessão de alvarás de localização e funcionamento de indústrias poluentes, que representem perigo à saúde e a segurança da população.

§ 1º A lei estabelecerá a política de defesa, recuperação e preservação do meio ambiente e de controle e erradicação da poluição nas suas várias formas, podendo, ainda especificar órgãos e critérios de planejamento e execução;

§ 2º É vedada a utilização de mercúrio ou qualquer outra substância química ou tóxica que venha prejudicar os recursos hídricos do município, em qualquer atividade laboral e, especialmente na extração de ouro;

§ 3º Cabe ao Município implementar e divulgar entre os garimpeiros um programa de esclarecimento sobre os efeitos negativos do mercúrio ao meio ambiente e suas conseqüências nos seres vivos. Conscientizar os garimpeiros sobre os riscos a sua própria saúde e a de seus descendentes, que a inalação e/ou ingestão do mercúrio pode acarretar;

VIII- registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

IX- definir o uso e ocupação do solo, subsolo e águas, através de planejamento que englobe diagnóstico, análise técnica e definição de diretrizes de gestão dos espaços com participação popular e socialmente negociadas, respeitando a conservação de qualidade ambiental;

X- estimular e promover a recomposição de formações florestais primitivas em áreas degradadas, objetivando especialmente, a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

XI- requisitar a realização periódica de auditorias nos sistemas de controle de poluição e prevenção de riscos de acidentes das instalações e atividades de significativo potencial poluidor, incluindo a avaliação detalhada dos efeitos de sua operação sobre a qualidades física, química e biológica dos recursos ambientais, bem como sobre a saúde dos trabalhadores e da população afetada;

XII- informar ampla e sistematicamente a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes e a presença de substância potencialmente danosa à saúde na água potável e nos alimentos;

XIII- garantir o amplo acesso aos interessados às informações sobre as fontes e causas da poluição e da degradação ambiental;

XIV- incentivar a integração das universidades, instituições de pesquisas e associações civis, nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho;

XV- é vedada a concessão de recursos públicos ou incentivos fiscais às atividades que desrespeitem as normas e padrões de proteção ao meio ambiente;

Art. 120. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da Lei.

Art. 121. As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental não sendo permitida a reincidência da infração sob pena de responsabilidade conforme a Lei.

Art. 122. O Poder público municipal deverá dar adequado tratamento e destino final aos resíduos sólidos e aos fluentes dos esgotos de origem doméstica, exigindo o mesmo procedimento aos responsáveis pela produção de resíduos sólidos e fluentes industriais.

Art. 123. De acordo com o artigo 125 § 4º da Constituição Federal, a Floresta Amazônica é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da Lei dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais. Cabe ao Município contribuir, junto com os demais órgãos competentes para que esta lei seja cumprida.

Art. 124. O Município apoiará e incentivará a criação de escolas para formação de técnico em mineralogia.

Art. 125. O Município incentivará a atividade garimpeira, através de cooperativa, buscando prioritariamente, promover melhores condições de exploração e transformação dos bens minerais com acesso a tecnologias do setor, garantida a preservação do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

Art. 126. De acordo com a art. 20 § 1º da Constituição Federal, o município, participará do resultado da exploração dos recursos naturais no seu território, nos termos da lei e fiscalizará a compensação financeira decorrente dessa exploração dos recursos assim auferidos, resguardado o município da compensação social.

CAPITULO IV  
DA SAÚDE PUBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SEÇÃO I  
DA SAÚDE PUBLICA



Art. 127. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas econômicas e ambientais que visem a prevenção e/ou eliminação dos riscos de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua proteção e recuperação.

§ 1º Fica assegurado a todos o atendimento médico emergencial nos estabelecimento de saúde públicos e privados.

§ 2º É dever do poder público municipal garantir o bem estar biopsicossocial de sua população considerando-as em seu contexto sócio-geográfico-cultural.

Art. 128. As ações e serviços de saúde pública em Conceição do Araguaia, integrarão uma rede hierárquica que constituirá o Sistema Municipal de Saúde integrando à Rede Regionalizada do Sistema Estadual que, por sua vez, integra o Sistema Único de Saúde a que se referem os artigos 198 da Constituição Federal e 265 da Constituição Estadual.

Art. 129. As ações e serviços de saúde são de natureza pública. O Município disporá, nos termos da lei, a regulamentação fiscalização e controle.

Art. 130. As ações e serviços de saúde são prestados através do SUDS - Sistema Único e Decentralizado de Saúde - respeitada as seguintes diretrizes:

I- descentralizado e com direção única no Município:

II- integração das ações e serviços de saúde adequadas as diversas realidades epidemiológicas;

III- universalização da assistência de igual qualidade, com instalação e acesso a todos os níveis do serviço de saúde à população;

IV- participação paritária, em nível de decisão de entidades representativas de usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviços na formulação, gestão e controle das políticas e ações de saúde a nível municipal;

V- participação direta do usuário ao nível das unidades prestadoras de serviços de saúde, no controle de suas ações e serviços;

VI- atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

Art. 131. É responsabilidade do Sistema único de Saúde do Município, garantir o cumprimento das normas legais que dispuserem sobre as condições e requisitos que facilitem a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, vedados todo tipo de comercialização.



Parágrafo Único. Ficarão sujeitos a penalidades, na forma da lei, o responsável pelo não cumprimento da legislação relativa à comercialização do sangue e seus derivados.

Art. 132. Ao Sistema Único de Saúde compete além de outras atribuições nos termos da lei;

I- gestão, planejamento, controle e avaliação da política municipal estabelecida em consonância com o inciso IV do Art. 130.

II- garantir aos usuários o acesso ao conjunto das informações referentes às atividades desenvolvidas pelo sistema, assim como sobre os agravos individuais ou coletivos identificados;

III- desenvolver política de Recursos Humanos garantindo os direitos do servidor público e necessariamente peculiares ao sistema de saúde. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e proteção ao meio ambiente;

IV- estabelecer normas, fiscalizar e controlar edificações, instalações, estabelecimentos, atividades, procedimentos, produtos, substâncias e equipamentos, que interfiram na saúde individual e coletiva, incluindo os referentes à saúde do trabalhador;

V- propor atualizações periódicas do Código Sanitário Municipal;

VI- prestar serviços de saúde, de vigilância sanitária e epidemiológica incluídos os relativos à saúde do trabalhador;

VII- garantir a distribuição de medicamentos e realização de exames laboratoriais bem como exames especializados;

VIII- desenvolver, formular e implantar medidas que atendam:

- a)- a saúde do trabalhador e seu ambiente de trabalho;
- b)- a saúde da mulher e suas propriedades;
- c)- a saúde da mãe e da criança;
- d)- a saúde das pessoas portadoras de deficiências.

Art. 133. Serão criados minipostos de saúde, nas áreas urbanas e rurais com agentes da própria comunidade e consulta médica.

Parágrafo Único. Enquanto não forem criados os minipostos referido no caput do artigo, o Município obrigatoriamente manterá um calendário de atendimento médico, odontológico e de medicamentos, em ação conjunta com a Secretaria de Saúde e Assistência Social, que deverá ser amplamente divulgado pelos canais

de comunicação local, cujo roteiro deverá abranger anualmente todos os bairros, distritos ou áreas colonizada do município.

Art. 134. A Prefeitura manterá um processo de formação permanente dos agentes de saúde (parteiras, enfermeiras, agentes sanitários) que orientarão sobre alimentação, remédios, soro caseiro e higiene.

Art. 135. O Poder Público Municipal deve garantir aos seus cidadãos o Saneamento básico, compreendido, na sua concretização mínima, como os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos e de drenagem urbana e rural considerando como de relevância pública, cabendo-lhe adotar mecanismo institucionais e financeiros para tal fim.

§ 1º As medidas de saneamento adotadas pelo Município Serão estabelecidas de forma integrada com as atividades dos diferentes setores da administração pública, com vista a assegurar:

I- captação de recursos financeiros e reserva orçamentárias suficientes e adequadas às propriedades dos investimentos previsto no Plano Municipal de Saúde;

II- a ordenação e a disciplina das atividades públicas e privadas para utilização racional de água, do subsolo e do ar, compatível com os objetivos de melhoria de saúde e do meio ambiente.

§ 2º Serão estabelecidos em leis, critérios de tarifação diferenciada para atender à demanda dos segmentos menos favorecidos da população, bem como para melhor utilização dos serviços de saneamento básico.

Art. 136. O Sistema Municipal de Saúde. além dos recursos dos sistemas estadual e nacional, contará com recursos a serem destinados anualmente no orçamento global do poder executivo, e será aprovado pela Câmara Municipal.

## SEÇÃO II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 137. A Assistência social será prestada a quem dela necessitar, respeitando o disposto na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao município:

I- formular a política de assistência social;

II- municipalizar os programas voltados para a Assistência social no que concerne à família, à maternidade, à infância, à

adolescência, a velhice e a pessoa portadora de deficiência entre outros;

III- elaborar, coordenar e executar programas, projetos e atividades na área de Assistência Social, considerando o Município como instância de atendimento;

IV- buscar quando necessário, estratégias para efetivação dos programas de Assistência Social, conforme art. 271, VI "A" da Constituição Estadual;

V- estabelecer mecanismo para a Integração das ações dos órgãos e entidades Municipais garantindo a unidade de programas e a otimização de recursos, conforme art. 203 da Constituição Federal e art. 271, V, da Constituição Estadual;

VI- garantir a Participação popular, de órgão governamental e entidade não governamental na elaboração da política de assistência social, através de Conselho Municipal de Assistência Social na forma da Lei.

VII- legislar e normatizar sobre a matéria de natureza financeira, política e programática na área de Assistência Social;

VIII- respeitar a igualdade no direito de atendimento sem qualquer discriminação, por motivo de raça, sexo, cor, religião, costumes e posição político-ideológicas;

IX- assegurar a gratuidade ao acesso de benefício e serviços sociais;

X- manter e criar mecanismo de informação e divulgação dos benefícios e serviços existentes e disponíveis no Município;

XI- gerir os recursos orçamentários próprios, bem como aqueles recursos repassados por outra esfera de governo ou privada, respeitando os dispositivos legais vigentes;

XII- criar um organismo com recursos próprios, para atendimento de migrantes e questões emergenciais da população carente;

XIII- assegurar Assistência à família e a cada um de seus integrantes, criando mecanismo para impedir a violência no âmbito de suas relações;

XIV- o Município criará mecanismo para evitar a violência doméstica, apoiando as mulheres e crianças por ela vitimadas;

XV- garantir perante a sociedade, a imagem social da mulher como trabalhadora, mãe e cidadã, em plena igualdade de direitos e obrigações como o homem;

XVI- o Município dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que busquem o mesmo objetivo;

XVII- o plano de Assistência Social do Município nos termos fixados em Lei, terá por objetivo o equilíbrio social, bem como a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico.

Art. 138. O plantão médico hospitalar, tanto na rede oficial ou na particular, será obrigatório de acordo com as necessidades da população.

Art. 139. É dever do Município criar estratégia para o desenvolvimento social competindo-lhe:

I- criar programas alternativos de trabalhos voltados para o atendimento das demandas das crianças, adolescentes, adultos e idosos não prejudicando o disposto no Cap.II dos Direitos Sociais da Constituição Federal;

II- apoiar as experiências de trabalho informal já existentes garantindo condições para a profissionalização e aperfeiçoamento bem como assegurar a competitividade no mercado;

III- amparar através de programas sociais às famílias de baixa renda;

IV- subvencionar as entidades assistenciais de amparo ao menor e a velhice, reconhecidas de utilidade pública.

Art. 140. Organizar e levantar recursos para projetos de criação de creches visando o atendimento às crianças da faixa de 0 aos 6 anos em todos os bairros da periferia objetivando:

I- assistência integral às crianças de famílias de baixa renda;

II- libertação das mães para o mercado de trabalho;

Art. 141. Compete ao Poder Público Municipal em relação à criança:

I- formular a política de bem estar social para a criança e adolescente ao nível do Município em consonância com a legislação maior;

II- acompanhar, fiscalizar e supervisionar o desenvolvimento das ações executadas no município;

III- definir o percentual orçamentário a ser destinado à execução da política de atendimento da criança e do adolescente;

IV- criar e gerir um fundo para a criança e o adolescente definindo políticas de capacitação de recursos, administração e aplicação de recursos, em cada exercício financeiro;

V- propor e elaborar leis que beneficiem a criança e o adolescente.

Art. 142. Compete ao Poder Público Municipal em relação aos idosos;

I- garantir recursos para o trabalho junto às pessoas idosas, para que seja viabilizado um atendimento mais sistemático no que se refere às atividades de cultura e lazer;

II- garantir a construção de "Centros de Convivência para Idosos" viabilizando através de recursos governamentais o seu funcionamento;

III- estabelecer um conjunto de normas mínimas a serem observadas por "asilos" e outras instituições que abrigam idosos eliminando a imagem depreciativa e incompatível com a dignidade humana, onde a passividade é uma constante;

IV- criar e implantar na escolas públicas e/ou espaços comunitários, cursos de formação e reciclagem profissional para pessoas idosas.

## CAPITULO V DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Art. 143. A educação enquanto direito de todos, é dever do Município e da sociedade e deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento do desenvolvimento da capacidade de elaboração e de reflexão crítica da realidade.

Parágrafo Único. O Poder Público Municipal apoiará o desenvolvimento das propostas educativas diferenciadas com base nas novas experiências pedagógicas através de programas especiais destinados a adultos, crianças, adolescentes e trabalhadores, bem como a capacitação e habilitação de recursos humanos para a educação pré-escolar e de adultos.

Art. 144. O Município manterá seus sistemas de ensino em colaboração com a União e o Estado, atuando, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º Os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:



I- vinte e cinco por cento (25%), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência;

II- as transferências específicas da União e do Estado;

§ 2º Os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos, também, às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, na forma da Lei desde que atendidas as prioridades da rede de ensino no Município.

Art. 145. O Sistema de Ensino do Município compreenderá obrigatoriamente:

I- serviços de assistência educacional que assegurem condições de eficiência escolar aos alunos necessitados, compreendendo garantia de cumprimento e obrigatoriedade escolar, mediante auxílio para aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário, e outras formas eficazes de assistência familiar;

II- entidades que congreguem professores e pais de alunos com objetivo de colaborar para o funcionamento eficiente de cada estabelecimento de ensino.

Art. 146. É assegurado aos estudantes de qualquer nível o benefício da cobrança em 50% (cinquenta por cento), nos transporte urbanos, terrestres e aquaviários, nos cinemas, praças de esportes, circos e parques, no Município.

Parágrafo Único. Para gozar destes benefícios será necessário a apresentação da carteira de Identidade Estudantil, expedida pelo estabelecimento de ensino.

Art. 147. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV- gratuidade do ensino público fundamental em estabelecimento oficial, vedada a cobrança de taxa ou contribuição, a qualquer título ou com qualquer finalidade ainda que facultativa;

V- valorização dos profissionais do ensino, garantindo na forma da Lei, o plano de carreira para o magistério, com piso salarial profissional e ingresso no magistério Público, exclusivamente por concurso público de provas e títulos e regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo município;

VI- gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade;

VII- garantia de padrão de qualidade;

VIII- direito de organização autônoma de diversos segmentos da comunidade escolar;

IX- livre acesso por parte dos membros da comunidade escolar, às informações sobre eles existentes nas instituições a que tiverem vinculados.

Art. 148. O atendimento educacional será realizado para os super-dotados e para os portadores de deficiência física sensorial e mental, inclusive educação para o trabalho, ministrado preferencialmente na rede regular de ensino, nos diferentes níveis, resguardadas as necessidades de acompanhamento e adaptação, garantindo-lhes material e equipamentos adequados.

Art. 149. O Município organizará e manterá sistema de ensino próprio com extensão correspondente as necessidades locais de educação geral e qualificação para o trabalho respeitadas as diretrizes e as bases fixadas pela legislação federal e as disposições supletivas da legislação estadual.

§ 1º O Poder Público Municipal instituirá escolas e cursos profissionalizantes para formar técnicos de nível fundamental nos diversos campos de atuação.

§ 2º São órgãos normativos e fiscalizadores do Sistema Municipal de Educação, nos termos da Lei:

I- o Conselho Municipal de Educação, constituído pelo Secretário Municipal de Educação, como membro nato, por representantes da Câmara Municipal e, majoritariamente por membros eleitos da sociedade civil inclusive entidades sindicais, profissionais e econômicas da educação, e estudantes, competindo-lhe dentre outras as seguintes atribuições:

a)- definir proposta de política educacional;

b)- estabelecer interpretação legislativa, como órgão normatizador;

c)- analisar e aprovar em primeira instância o Plano Municipal de Educação, elaborado pelo Poder Executivo;

d)- aprovar convênios celebrados com as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

II- os Conselhos Escolares São órgãos de aconselhamento, controle, fiscalização e avaliação do sistema de ensino ao nível de cada estabelecimento escolar público ou aqueles que o poder

público municipal prestam auxílios financeiros ou bolsas constituindo-se crime de responsabilidade os atos que importem em embaraços ou impedimento de organização ou regular funcionamento desses colegiados observado o seguinte:

a)- os Conselhos terão seu funcionamento regulado em lei e Serão constituídos pelo Diretor da Escola, pela representação eqüitativa eleita dos especialistas em Educação , professores, alunos que tenham no mínimo 12 (doze) anos, pais de alunos e funcionários.

b) Compete ao diretor nomeado, indicar o Vice-Diretor do mesmo estabelecimento de ensino da rede municipal, sob o referendo do Secretário de Educação e Cultura do Município.

Art. 150. Os planos e projetos necessários à obtenção de auxílio financeiro estadual ou federal aos programas de educação do Município Serão elaborados pela administração do ensino municipal de educação contando com a assistência técnica de órgãos componentes da administração públicas.

Art. 151. De acordo com o número de alunos o município construirá salas de aula à distância máxima de 6 Km.

Art. 152. O ensino religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina nos horários normais das escolas públicas podendo versar sobre quaisquer religiões, inclusive afro-brasileiras, estrangeiras ou indígenas.

Parágrafo Único. O ensino religioso não poderá confundir-se com a doutrinação confessional de qualquer credo religioso. Trata-se do estudo da dimensão religiosa do homem expressa nas suas diversas culturas, nas diversas religiões e seitas existentes.

Art. 153. A escolha do Diretor (a) de escolas municipais, especialmente na sede do Município, será feita através de lista tríplice votada pelo conselho escolar do estabelecimento de ensino.

Art. 154. É facultativo ao município estabelecer intercâmbio com instituições educacionais e culturais para cursos de nível superior profissionalizante com o Estado e/ou a União inclusive com aquelas de direito privado.

Art. 155. O município desenvolverá esforços para a atualização, especialização e qualificação docente, visando a gradual extinção de quadro de professores leigos.

Art. 156. O Município publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, relatório de execução financeira da despesa em educação, por fonte de recursos, e o remeterá à Câmara Municipal, discriminando os gastos mensais e, em especial, os de reforma, manutenção e conservação das escolas bem como as respectivas fontes.

Art. 157. O município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, se diretamente ligadas a história de Conceição do Araguaia, à sua comunidade e aos seus bens.

Art. 158. O Município criará o arquivo público municipal.

Art. 159. O município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da maioria da cidade e realizará concursos exposições e publicações para a sua divulgação.

Art. 160. Compete ao município amparar o artista que reconhecidamente tenha contribuído com a cultura Concepcionense, na sua velhice ou em caso de doença.

Art. 161. O acesso a consulta dos arquivos da documentação oficial do município é livre.

Art. 162. Cabe ao município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local mediante:

I- oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, arte e letras.

II- cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico e artístico;

III- incentivos à promoção e divulgação da história dos valores humanos e das tradições locais;

IV- incentivo à criação de espaços alternativos onde sejam asseguradas a divulgação e reprodução da cultura local e estadual;

V- garantia ao livre acesso de qualquer pessoa a todas as informações que subsidiem a história da comunidade, bem como eventos de natureza artística-cultural;

VI- preservação do Patrimônio histórico e ecológico do município.

Parágrafo Único. É facultado ao município:

I- firmar convênios de intercâmbio e cooperação financeiras com entidades públicas ou privadas para a prestação de orientação e assistência na criação e manutenção de bibliotecas públicas na Sede, Distritos e Povoados do município;

II- promover, mediante incentivos especiais ou concessão de prêmios e bolsas, atividades e estudos de interesse local, de natureza científica ou sócio-econômica.

Art. 163. É dever do município fomentar práticas desportivas formais e não formais, com direito de todo cidadão, incentivando o lazer como forma de promoção social, dando prioridade aos

alunos de sua rede de ensino, e a promoção desportiva dos clubes locais.

Art. 164. O orçamento anual do município, destinará no mínimo 6% (seis por cento) de sua receita para as atividades relacionadas com o esporte cultura e turismo.

## CAPÍTULO VI DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

Art. 165. O município adotará uma política de desenvolvimento agrícola e fundiário que tenha por objetivo:

- a) o desenvolvimento econômico, cultural e social dos trabalhadores rurais;
- b) a ocupação estável da terra;
- c) apoio a regularização ou legalização das posses das terras dos pequenos e médios lavradores;
- d) o incentivo e manutenção da pesquisa agropecuária que garanta o desenvolvimento do setor de produção de alimentos com progresso tecnológicos;
- e) a criação e estímulo de mecanismo de comercialização cooperativa;
- f) a fiscalização e controle do sistema de armazenamento, o abastecimento de produtos agropecuários e a comercialização de insumos agrícolas, incentivando a criação de forma associativa conveniadas com as entidades sindicais de trabalhadores rurais;
- g) a adequação da atividade agrícola à preservação e recuperação dos recursos naturais renováveis e do meio ambiente à conservação do solo, objetivando manter o fluxo contínuo de benefícios à população;
- h) a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, como instrumento prioritário de política, direcionando, preferencialmente, para o atendimento ao pequeno produtor rural, sua família e organização;

Art. 166. O município prestará apoio aos trabalhadores rurais, aos pequenos e médios agricultores, na forma da lei.

Art. 167. O município terá sua lei agrícola a qual será elaborada com a efetiva participação das classes produtoras, trabalhadores rurais e técnicos profissionais do setor, devendo



estar em consonância com as leis agrícolas federal e estaduais, cabendo ao município garantir:

I- a instituição de um sistema de planejamento agrícola integrado, visando o desenvolvimento rural;

II- o investimento em benefício social: escolas, postos de saúde, postos telefônicos, eletrificação nas comunidades rurais;

III- a criação de patrulhas mecanizada com vista à operação de abertura, preparação e conservação do solo para atendimento dos pequenos e médios produtores;

IV- a construção e manutenção de estradas vicinais do município obedecendo a plano de conservação de solo e objetivando o escoamento da produção;

V- o estabelecimento de mecanismo de apoio, entre outros:

a)- a pesquisa e tecnologia que levem em conta a realidade econômica e social dos pequenos produtores, aspectos ambientais tendo em vista a melhoria da produção, através da criação de um centro agropecuário e escola agrícola, sempre com a participação das entidades ligadas ao setor, possibilitando aos pequenos e médios produtores acesso às sementes, mudas e matrizes de animais;

b)- a complementação dos serviços voltados para a comercialização agrícola, armazenagem, transporte e abastecimento local;

c)- a implantação no município de pequenas agroindústrias comunitárias, para a industrialização e beneficiamento dos produtos agrícolas;

d)- análise e acompanhamento dos custos de produção dos principais produtos do município, objetivando subsidiar as políticas agrícolas inerentes ao município;

e)- a irrigação, drenagem, obras de represamento e outras formas de captação de água;

f)- programa de habitação e desenvolvimento rural integrado, objetivando a fixação do pequeno produtor na terra, em condições especiais de financiamento, adaptadas a realidade do agricultor em prazos e formas de pagamento, de acordo com a cultura e equivalência em produtos;

g)- a destinação dos recursos públicos municipais será para atendimento prioritário dos pequenos produtores em área de até 2 (dois) módulos rurais.

Art. 168. O município destinará, anualmente, o valor correspondente à parcela do imposto territorial rural a que tem direito nos termos do art. 158, II da Constituição Federal entre

outros recursos para o incentivo da produção agrícola destinada ao abastecimento e para sua promoção técnica econômica e social.

Art. 169. O município implantará projetos de cinturão verde para a produção de alimentos, bem como estimulará as formas alternativas de venda do produto agrícola diretamente aos bairros da periferia.

Art. 170. O Poder Público Municipal desenvolverá programas específicos para o setor pesqueiro, industrial e artesanal priorizando este último e a agricultura, propiciando os mecanismos necessários à sua viabilização, preservação e integral aproveitamento de seus recursos.

§ 1º O município garantirá através de ações e dotação orçamentária, programas específicos de crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão pesqueira.

§ 2º Caberá ao município, criar mecanismo que garantam a comercialização direta entre os pescadores e consumidores.

§ 3º A pesca artesanal, dado o seu caráter social, é considerada atividade prioritária devendo o município proporcionar condições de desenvolvimento desse setor através de regulamentação próprias.

Art. 171. O município promoverá desenvolvimento rural consoante aos princípios constitucionais e as diretrizes da política agrícola federal e estadual, objetivando o crescimento harmônico dos setores produtivos e o bem estar social.

Art. 172. O município desenvolverá esforços e prestará apoio financeiro para manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural em cooperação com o Estado e a União.

Art. 173. A política do desenvolvimento rural será executada com recursos provenientes de dotações orçamentárias próprias, de cooperação financeira da União, do Estado e de outras fontes.

## CAPÍTULO VII DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 174. O município terá como prioritária a instalação de infra-estrutura adequada para embarque e desembarque de posseiros e de produtos de primeira necessidade transportado por vias terrestres ou aquáticas.

Art. 175. O município exercerá poder de polícia sobre o tráfego em suas vias urbanas e rodovias arrecadando as multas decorrentes desse exercício.

Parágrafo Único. Os autos de infração, quando não assinados pelo motorista, serão objeto de notificação, por via postal no prazo de trinta dias, facultando-se ao infrator exercer ampla defesa no prazo estabelecido por lei.

Art. 176. As concessionárias de serviços de ônibus devem observar a legislação sobre a saúde e meio ambiente sob a forma de lei.

Parágrafo Único. A lei municipal definirá obrigações e penalidades das concessionárias.

Art. 177. As tarifas do transporte coletivo (serviços de caráter essencial) deverão ser fixadas levando em conta o poder aquisitivo da população. O Poder Público Municipal ouvirá na oportunidade as entidades representativas, da comunidade.

Art. 178. É obrigação do município, na elaboração da política de comunicação social, estabelecer programas que visem a:

- I- erradicação do analfabetismo;
- II- regionalização da produção cultural;

Art. 179. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob quaisquer formas, processo ou veículos não sofrerão qualquer restrição, respeitada a constituição Federal e Estadual.

Art. 180. A comunicação é um direito inalienável de todo cidadão, um bem cultural e assim receberá do Poder Público atenção e incentivo no sentido de que seja garantido:

- I- o pluralismo e multiplicidade das fontes de informação;
- II- o acesso de todo cidadão ou grupo social às mensagens que circulam no meio social;
- III- preferência e finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas;
- IV- promoção da cultura nacional e regional e estímulo a produção independente que objetive sua divulgação;
- V- respeito aos valores étnicos e sociais da pessoa e da família.

Art. 181. O Poder Público Municipal encaminhará a autoridade competente denúncia de emissoras de rádio e TV municipais que apresentarem programas que:

- I- estimularem os instintos de violência;
- II- discriminarem pessoas ou grupos por suas condições étnicas, raciais, sexuais, econômica cultural ou opção ideológica, religiosa ou política.

TÍTULO IV  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CAPÍTULO I  
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 182. A administração pública municipal direta e indireta de ambos os poderes, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

- I- Os cargos, empregos, funções públicas são acessíveis aos brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- II- a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- III- O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- IV- durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aqueles aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- V- os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;
- VI- a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
- VII- a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;
- VIII- a lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observando, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;
- IX- a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índice, far-se-á sempre na mesma data;

X- os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XI- e vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração da pessoa no serviço público municipal, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 183 § 1º desta Lei Orgânica;

XII- os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público municipal não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIII- os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração observará o disposto neste artigo inciso XI e XII, o princípio da isonomia, a obrigação do pagamento do imposto de renda, retido na fonte, excetuados os aposentados com mais de sessenta e cinco anos;

XIV- e vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários;

a)- a de dois cargos de professor;

b)- a de um cargo de professor com outro de técnico ou científico;

c)- a de dois cargos privativos de médico.

XV- anproibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;

XVI- Nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuições do cargo que ocupa, a não ser em substituição e, se acumulada, com gratificação de lei;

XVII- somente por lei específica poderá ser criada empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XVIII- depende de autorização legislativa, em cada caso, por criação de subsidiária das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresas privadas;

XIX- rassalvados os casos autorizados na Legislação Federal específica, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos o concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis a garantia do cumprimento das atribuições.



§ 1º A não observância do disposto nos incisos II e III, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável nos termos da Lei;

§ 2º Os ato de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista na legislação federal, sem prejuízo de ação penal cabível;

§ 3º O município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 4º A prefeitura e a Câmara Municipal são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fins de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

## CAPÍTULO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 183 O município instituirá regime jurídico único e plano de carreira para os servidores da administração pública direta das autarquias e das funções públicas.

§ 1º A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder e entre servidores do Poder Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou o local de trabalho;

§ 2º A lei fixará os vencimentos dos servidores públicos, sendo vedada a concessão de gratificações adicionais ou quaisquer vantagens pecuniárias por decreto ou por qualquer ato administrativo.

§ 3º É vedada a participação dos servidores públicos municipais no produto da arrecadação de tributos, multas, inclusive os da dívida ativa a qualquer título.

§ 4º É obrigatória a fixação de quadro de lotação numérica de cargos e funções sem o que não será permitida a nomeação ou contratação de servidores.

§ 5º Aplicam-se aos servidores municipais os direitos seguintes:

- I- salário Mínimo, fixado em lei federal, com reajustes periódicos;
- II- irredutibilidade de salários, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- III- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IV- remuneração do trabalho noturno superior a do diurno;
- V- adicional de interiorização na forma da Lei;
- VI- salário família para seus dependentes;
- VII- repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- VIII- duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- IX- remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo em cinquenta por cento a do normal;
- X- gozo de Férias anuais remunerada com, pelo menos um terço a mais do que o salário normal;
- XI- licença a gestante, ou a mãe adotiva de criança de até oito meses de idade, sem prejuízo da remuneração e vantagens, com duração de cento e vinte dias;
- XII- licença a paternidade, nos termos da lei;
- XIII- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XIV- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XV- adicional de remuneração para as atividades penosas insalubres ou perigosas, na forma da Lei;
- XVI- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor, estado civil, convicção política ou religiosa;
- XVII- licença em caráter extraordinário na forma da lei para pai e mãe, inclusive adotivos ou responsável de excepcionais em tratamento;
- XVIII- gratificação de 50% (cinquenta por cento) do vencimento para os servidores em atividades na área da educação especial.

Art. 184. O município permitirá a seus servidores, na forma da lei, a conclusão de cursos em que estejam admitidos ou em que venham a se inscrever desde que possa haver compensação com a prestação de serviço público.

Art. 185. A administração municipal estimulará a formação de cooperativas entre funcionários públicos municipais com o fim de lhes proporcionar melhores condições de vida.

Art. 186. O servidor será aposentado:

I- por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doenças graves, contagiosas ou incuráveis, especificada em lei e proporcionais nos demais casos;

II- compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III- voluntariamente;

a)- aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se homem, e vinte e cinco se mulher, com proventos integrais.

b)- aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se a professora, com proventos integrais;

c)- aos trinta anos de serviço, se homem, aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

d)- aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º O servidor no exercício de atividade considerados penosas, insalubres ou perigosas, terá reduzido o tempo de serviço e a idade para efeito de aposentadoria, na forma da lei complementar federal.

§ 2º O tempo de serviço público federal, estadual ou de outros municípios, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 3º Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefício ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente, da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 4º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite

estabelecido em lei, observando o disposto no parágrafo anterior;

Art. 187. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público municipal, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 188. É livre a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal.

Art. 189. É assegurado ao servidor público municipal o direito de greve, que será exercida nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

Art. 190. Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições;

I- tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II- investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III- investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicado a norma do inciso anterior;

IV- em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V- para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

Art. 191. Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá o seu pedido de exoneração ou rescisão sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da

Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do município que estava sob sua guarda.

Parágrafo Único. - órgão competente do município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

### CAPÍTULO III DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 192. Nenhum empreendimento de obras e serviços do município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I- a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II- os pormenores para sua execução;

III- os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV- os prazos para seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação;

§ 1º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo, ou estar adequada às diretrizes do plano diretor.

§ 2º As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta e, por terceiros, mediante licitação;

§ 3º Nenhum servidor que exerça cargo de confiança, em comissão ou de chefia da administração pública direta e indireta poderá ser diretor ou integrar Conselho de empresas fornecedoras, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o município;

§ 4º A pessoa física ou jurídica em débito com o fisco, com o sistema de seguridade social, que descumpra a legislação trabalhista ou normas e padrões de proteção ao meio ambiente, ou que desrespeite os direitos da mulher, notadamente os que protegem a maternidade, não poderá contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber benefícios fiscais, administrativos ou de qualquer natureza ficando rescindido o contrato já celebrado, sem direito a indenização, uma vez constada a infração;



§ 5º O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por doação, não poderão contratar com município, subsistindo a proibição até seis (6) meses após findadas as respectivas funções.

§ 6º Não incluem na proibição do parágrafo anterior os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados;

Art. 193. A permissão de serviço público a título precário, será outorgado por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessado para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º Serão nulos de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feito em desacordo com o estabelecimento neste artigo.

§ 2º Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, os que executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º O município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 194. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, após aprovação da Câmara Municipal, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 195. Será nula de pleno direito, a cobrança de tarifas, taxas ou outros valores nas contas dos usuários ou consumidores, aos quais não tenha sido instalado o devido medidor de consumo pela concessionária ou permissionária.

§ 1º Nos casos omissos até a presente data, será permitida tão somente a cobrança da taxa ou tarifa mínima de consumo a título de estimativa, até sua devida adequação;

§ 2º Aos consumidores em débito, aplicar-se-á as leis ou penalidades de acordo com as normas jurídicas institucionalizadas no país.

§ 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ficam obrigadas a estender, mediante solicitação de qualquer consumidor ou usuários, os serviços, desde que situados dentro do

perímetro urbano, bem como manter plantão de serviços técnicos e de reparos nos dias úteis, e nos sábados, domingos e feriados integralmente.

§ 4º A concessionária ou permissionária do sistema de abastecimento de água potável, fica obrigada a cada 90 (noventa) dias a colher amostra do produto fornecido em diversos bairros da cidade, proceder a sua devida análise em laboratório idôneo, dando conhecimento do resultado a população através dos órgãos de imprensa local, remetendo cópia à Prefeitura Municipal, Câmara e a COMDECON - Comissão Municipal de Defesa do Consumidor;

§ 5º O descumprimento de qualquer destas normas, será comunicado imediatamente à Comissão Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON - para providência, sem prejuízo de outras cominações legais.

Art. 196. Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação nos termos da lei.

Art. 197. A lei assegurará e disciplinará o controle popular na apresentação dos serviços públicos, dispondo sobre:

I- o regime das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços público, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou da permissão;

II- os direitos dos usuários;

III- a obrigação de manter a qualidade dos serviços;

IV- a política tarifária.

Art. 198. Para obter ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único. Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixado de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços a serem reajustados quando se tornarem deficitários.

Art. 199. a Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fixação dos preços públicos.

Art. 200. os contratos realizados com o município, especialmente os de obras e aquisição de bens e serviços, firmados mediante licitação ou dispensada esta, na forma da lei, serão publicados, integralmente ou em forma de extrato, em órgão de imprensa local ou por afixação na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal, no prazo de 10 (dez) dias de sua assinatura, incorrendo em crime de

responsabilidade o agente ou autoridade pública que não tomar essa providência.

TÍTULO V  
DAS FINANÇAS PÚBLICAS  
CAPÍTULO I  
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 201. Tributos municipais são impostos, as taxas e contribuições de melhoria instituída por lei local, atendido os princípios da Constituição Federal e as normas gerais de direito tributário estabelecidas em lei complementar federal, sem prejuízo de outras garantias que a legislação tributária municipal assegure ao contribuinte.

Art. 202. É a responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrente de infrações à legislação tributária, com prazo fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

I- ocorrendo a decadência do direito de construir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

II- a autoridade municipal, qualquer que seja seu encargo emprego ou função, independentemente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

Art. 203. AS taxas só poderão ser instituídas por lei municipal, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição pelo município.

§ 1º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de imposto;

§ 2º É vedado conceder isenção de taxas;

Art. 204. A contribuição de melhoria será instituída por lei para ser cobrada em decorrência da execução de obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e com limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados, segundo a capacidade econômica de contribuinte, facultado a administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Art. 205. Compete ao Município instituir imposto sobre:

I- Propriedade predial e territorial urbana;

II- transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou concessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição;

III- vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV- serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado definidos em Lei Complementar Federal;

V- contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

§ 2º Imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesse caso, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º O imposto de que trata o inciso II compete ao município da situação do bem.

§ 4º O imposto referido no inciso IV adotará alíquota diferenciada de acordo com a natureza do serviço, e não incidirá sobre o trabalho prestado, individualmente ou em caráter de empresa individual, excluído os serviços prestados por interposta pessoa mediante salário.

Art. 206. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura sem prévia notificação.

§ 1º Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento do domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado por sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação.

## CAPÍTULO II DA RECEITA E DESPESA PÚBLICA

Art. 207. Pertence ao Município:

I- o produto de arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais;

II- cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no município;

a)- o município manterá um cadastro de imóveis rurais colaborando com a União na fiscalização e cobrança do imposto territorial rural.

III- cinquenta por cento do produto de arrecadação de imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

IV- vinte e cinco por cento do produto de arrecadação do imposto estadual sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V- a respectiva quota do Fundo de Participação dos Municípios referido no art. 159, I, "B" da Constituição Federal;

VI- setenta por cento da arrecadação, conforme a origem do imposto a que se refere o art. 153, § 5º, II, da Constituição Federal, incidente sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro instrumento cambial;

VII- vinte e Cinco por Cento dos recursos recebidos pelo Estado, nos termos do art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 208. A despesa Pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 209. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que existam recursos disponíveis e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que ocorrer por conta de crédito extraordinário.



Art. 210. As disponibilidades de caixa do município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controlado serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

§ 1º A Prefeitura e a Câmara Municipal, manterão sistema de conta única de seus recursos financeiros;

§ 2º Os depósitos de conta única deverão ser centralizados em agência oficial.

### CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO

Art. 211. A elaboração e execução da lei orçamentária anual e plurianual de investimentos obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, e na Constituição Estadual, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Publicará e enviará, à Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumindo a execução orçamentária da administração direta e indireta.

Art. 212. Os Projetos de Lei relativos ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias e a proposta do Orçamento anual, serão apreciadas pela Câmara, na forma do Regimento Interno, respeitando os dispositivos deste artigo.

Parágrafo Único. Caberá à Comissão de Orçamento e Finanças:

I- examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II- examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação de comissão criadas para esse fim.

Art. 213. As emendas serão apresentadas na comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 1º As emendas ao projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos Projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovados, caso:

I- sejam compatíveis com o plano plurianual;

II- indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluída as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida municipal;

III sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões;
- b) Com os dispositivos do texto da proposta ou do projeto de Lei.

§ 2º Os recursos que, em decorrência de veto, emendas ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 214. O município organizará sua contabilidade de modo a evidenciar os fatos ligados a sua administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial.

Art. 215. O Poder Executivo, com prévia audiência da Câmara no primeiro mês de cada trimestre, elaborará a programação da despesa, levando em conta os recursos orçamentários e extraordinários.

Art. 216. Os órgãos e entidades da administração descentralizada deverão planejar as suas atividades e programas a sua despesa anual, respeitada a Lei de orçamento anual e a programação financeira do Governo.

Art. 217. A realização de despesas que não estejam incluídas em programação financeira importará em responsabilidade pessoal de seus ordenadores.

Parágrafo Único. Na documentação da despesa consignar-se-á o nome do ordenador.

Art. 218. O Prefeito eleito poderá enviar propostas, retificando o orçamento público elaborado pela administração em exercício, até 15 (quinze) de dezembro, proposta essa que deverão ser votadas pelo Legislativo até o dia 31 (trinta e um) de dezembro.

Parágrafo Único. O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos e proposta a que se refere este artigo enquanto não iniciado a votação, na comissão, da parte cuja alteração é proposta.

Art. 219. São vedados:

I- o início de programa ou projeto não incluído na lei orçamentária anual;

II- a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III- a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante crédito suplementares ou especiais com finalidades precisas, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta;

IV- a vinculação da receita de imposto a órgãos, fundo ou despesas, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino como determinado pelo art. 144 § 1º, I desta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 225, II desta Lei Orgânica.

V- abertura de Crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI- a transposição, o remanejamento ou a transparência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII- a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII- A utilização sem autorização legislativa específica de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX- a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa, por maioria absoluta;

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou em lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade;

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes da calamidade pública.

Art. 220. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à

Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 221. As despesa com pessoal ativo e inativo do município não poderão exceder os limites estabelecidos na Lei complementar referida no art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e os acréscimos dela decorrentes.

Art. 222. A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I- orçamento fiscal referente aos poderes do município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II- o orçamento de investimento das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito ao voto;

III- o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público;

Art. 223. O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I- autorização para abertura de créditos suplementares;

II- contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

Art. 224. As despesas com publicidade de qualquer órgão ou entidades na administração direta e indireta ou fundações instituídas pelo poder público, deverão ser objeto de dotações orçamentária específica com denominação "publicidade", de cada órgão, fundo, empresa ou subdivisão administrativa dos poderes constituído não podendo ser complementadas ou suplementadas senão através de Lei específica.

## TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 225. O Prefeito Municipal e os membros da Câmara Municipal prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, no ato e na data de sua promulgação.

Art. 226. Em todos os veículos de propriedade do Município, com exceção dos veículos do Gabinete do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal, deverão obrigatoriamente constar a inscrição: "Uso exclusivo em serviço", ficando os infratores, responsabilizados na forma da Lei.

Art. 227. É vedado ao município a locação de imóveis para cessão a funcionários ou contratados seja à qualquer título, sem prévia autorização da Câmara Municipal.

Art. 228. Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data sua promulgação, revogada as disposições em contrário.

#### ATOS DAS DISPOSIÇÕES ORGÂNICAS TRANSITÓRIAS

Art. 1º Os vereadores integrantes da atual Legislatura, iniciada em 1º de janeiro de 1.989, exercerão seus mandatos até 31 de dezembro de 1992, a partir de cuja data iniciar-se-á a Legislatura seguinte.

Parágrafo Único. - Os Vereadores eleitos para a Legislatura seguinte à atual exercerão seus mandatos até 31 de dezembro de 1.996.

Art. 2º O atual Prefeito Municipal, empossado em 1º de janeiro de 1.989, exercerá seu mandato até 31 de dezembro de 1.992.

Parágrafo Único. O Prefeito Municipal eleito para o período seguinte ao atual, tomará posse no dia 1º de janeiro de 1.993 e exercerá o seu mandato até 31 de dezembro de 1.996.

Art. 3º No prazo a que alude o parágrafo 2º do artigo 12 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, o Município promoverá mediante acordo ou arbitramento com o Estado e Municípios limítrofes, a demarcação de suas linhas divisórias que sejam litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensações de áreas que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniência administrativa e comodidade da população limítrofe.

Art. 4º No prazo a que alude o artigo 24 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, o Município editará lei que estabelece critérios para a compatibilização de seus quadros de



pessoal ao disposto no artigo 39 da Constituição e a reforma administrativa dela decorrente.

Art. 5º Os servidores públicos do município, da administração direta, autárquica e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, em exercício na data de 5 de outubro de 1.988, há pelo menos 5 (cinco) anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada pelo artigo 37 da Constituição Federal, são considerados estáveis no serviço público, respeitadas as normas constantes daquele dispositivo constitucional.

Art. 6º Para os efeitos do art. 20 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, todos os benefícios ou vantagens posteriores concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, ficam estendidos aos inativos e pensionistas do município, procedendo-se para tanto, a revisão dos seus respectivos proventos e pensões, com vigência retroativa à data de 05 de outubro de 1.988.

Art. 7º Até a edição da Lei Complementar referida no artigo 169 da Constituição Federal, o Município não poderá despender com pessoal mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único. Em ocorrendo o excesso da despesa com o pessoal, relativamente ao limite de que trata o presente artigo deverá retornar a este limite para tanto se reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

Art. 8º O poder Executivo promoverá a reavaliação dos incentivos fiscais de natureza setorial a reavaliação dos incentivos ora em vigor, propondo a Câmara as mediadas cabíveis.

Art. 9º O município adaptará no prazo de 6 (seis) meses, contando da vigência desta lei, às normas constitucionais:

- I- o Código Tributário do Município;
- II- o Código Administrativo do Município;
- III- o Código de Obras ou de Edificações;
- IV- o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- V- o Plano Diretor;
- VI- o Regimento Interno da Câmara Municipal;
- VII- a lei do zoneamento urbano.

Art. 10. Continuam em pleno vigor, até e enquanto não editadas as leis e demais atos normativos a que se referem as disposições

desta lei, os atos legislativo que lhes sejam correspondentes e equivalentes, independente de sua natureza jurídica.

Art. 11. O Poder Executivo promoverá a edição do texto integral desta Lei Orgânica que, gradualmente, será posta a disposição de todos os interessados, cabendo à Mesa da Câmara Municipal a sua distribuição às autoridades, aos órgãos públicos federais e estaduais, sindicatos, associações de classe, de serviço e estudantes, bem como entidades filantrópicas, assistenciais, esportivas e culturais.

Art. 12. O Regimento Interno da Câmara Municipal estabelecerá normas procedimentais com rito especial e sumaríssimo, com o fim de adequar esta Lei Orgânica ou as suas leis complementares às legislações Federal e Estadual.

Parágrafo Único. Na elaboração do Regimento Interno haverá 2 (dois) turnos de votação e discussão, com interstício de 10 (dez) dias e será aprovado pelo voto da maioria de 2/3 (dois terços) em ambos os turnos.

Art. 13. Para efeitos de aplicação e enquanto vigente e não substituído, o índice de Preços ao Consumidor (IPC), pela sua variação acumulada, constituirá o indexador para reajustes mensal, a título de antecipação, dos vencimentos, salários e proventos dos servidores municipais.

Art. 14. Todas as leis Complementares e Ordinárias, decorrentes da promulgação desta Lei Orgânica, deverão estar em plena vigência no prazo de seis meses.

§ 1º No prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo, deverá enviar ao Poder Legislativo os projetos-de-lei que sejam de sua iniciativa, para o cumprimento do disposto no CAPUT deste artigo.

§ 2º O poder legislativo poderá apresentar projetos de Lei, inclusive complementares, previstos nesta Lei Orgânica, e que seja iniciativa do Poder Executivo, se este, no prazo marcado, não tomar as providências de sua alçada.

§ 3º O município deverá editar até o final da presente Legislatura, através de Lei, todos os conselhos e comissões instituídas por esta Lei Orgânica ou dela decorrentes.

Art. 15. No período de 3 (três) meses o Prefeito fará publicar a relação de todos bens móveis e imóveis que são de propriedade da Prefeitura Municipal.

Art. 16. No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias o Prefeito fará um recadastramento de todos os funcionários (ativos e aposentados) bem como seus locais de trabalho e salários.

Art. 17. O município comemorará anualmente, no dia 30 de maio, a sua fundação, cuja data será considerada como feriado municipal.

Parágrafo Único - O município fixará em lei as datas alusivas aos feriados locais.

Art. 18. A Lei disporá sobre normas de construção, tanto quanto de adaptação, dos logradouros e dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo urbano a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Conceição do Araguaia, 05 de abril de 1.990

#### MESA CONSTITUINTE

EVINA MENESES LEÃO  
Presidente

ADEMAR DA SILVA PEREIRA  
Vice-Presidente

ANA MARIA GOMES DOS SANTOS  
1a. Secretária

RENEBEX MOTA NOVAIS  
2º Secretário

#### VEREADORES CONSTITUINTES

ABRAÃO COELHO RIBEIRO

CARLOS DIVINO DE ARAUJO

CARLOS ROBERTO JACOB

JOÃO PEDROZA DE SOUZA

JOSÉ FRANCISCO SALES

JOSÉ WILSON A. PARACAMPOS

RENATO FONSECA MENEZES  
Licenciado

SYLVIO LIMA NERYS


Esta Lei Orgânica foi alterada pelas emendas:  
substitutivas N° 01/91, 02/92;


Aditivas Números: 03, 04, 05, 06 e 07/92.

Supressivas Números: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07,  
08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15/92;

Modificativas Números: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08,  
09 e 10/92.

Conceição do Araguaia, 16 de novembro de 1.992

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Roberto Jacob  
Presidente 11ª legislatura

  
Doracy Alves da Silva Lopes  
Diretora de Expediente

Esta Lei Orgânica foi alterada na 12ª Legislatura, de acordo com as Emendas:

- Emenda Supressiva à Lei Orgânica nº 001/96;
- Emenda Modificativa à Lei Orgânica nº 001/96
- Emenda à Lei Orgânica do Município de Conceição do Araguaia nº 002/96.

Conceição do Araguaia-PA, 09 de dezembro de 1996.

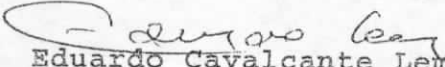
---

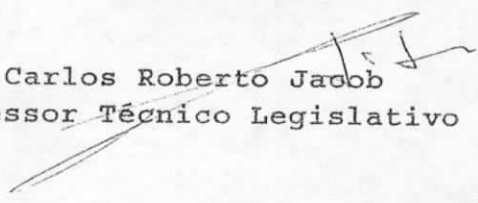
HELDER DA SILVA PONTES  
Presidente 12ª legislatura

Esta Lei Orgânica foi alterada até a 14ª Legislatura, de acordo com as emendas nºs:

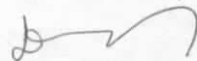
001/1998; 002/1998; 001/2002 e 001/2003.

Foi revisada e adequada às alterações emanadas das Emendas Constitucionais de nºs. 001/1992 à 038/2.002, da Constituição da República Federativa do Brasil.

  
Eduardo Cavalcante Lemos  
Presidente da 14ª Legislatura

  
Carlos Roberto Jacob  
Assessor Técnico Legislativo

*Emenda a l. org. modificativa - 30.08.2013*



1

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA**  
**ESTADO DO PARÁ**

**Lei Municipal nº 881**

**De 25 de Junho de 2.004.**

**Dispõe sobre a elaboração, a redação,  
a alteração e a consolidação das leis.**

“O Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, vereador EDUARDO CAVALCANTE LEMOS, no uso das atribuições que lhe confere o § 6º, *in fine*, do artigo 52 da Lei Orgânica do Município promulga, a seguinte Lei :”

Capítulo I  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das Leis, nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei Orgânica do Município de Conceição do Araguaia.

Art. 2º O processo legislativo compreende, no âmbito do Município de Conceição do Araguaia, a elaboração de:

- I - emendas à Lei Orgânica;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos;
- V - resoluções.

Capítulo II



## DA CONCEITUAÇÃO DE TERMOS E EXPRESSÕES

Art. 3º Para efeito desta Lei, são considerados:

I - *atos de regulamentação* aqueles que, submetidos à determinação da Lei, sem a ela se equiparar, são baixados por órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo, nele compreendidos:

- a) os decretos;
- b) as portarias;
- c) as instruções normativas;
- d) os avisos;
- e) as deliberações;
- f) os atos equivalentes.

II - *consolidação da lei* a integração numa estrutura articulada e logicamente sistematizada, sem a criação de Direito novo, de disposições legais estabelecidas por diferentes leis, que alteraram dispositivos da lei originária;

III - *dispositivo legal* cada desdobramento de uma norma legal que defina uma condição ou regule uma situação específica, expresso por artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item;

IV - *textos legais ou leis* aquelas espécies de atos compreendidos pelo processo legislativo, nos termos do art. 39 da Lei Orgânica do Município e do artigo anterior desta Lei;

V - *lei de alcance geral* a que se destina a:

- a) regular relações entre os cidadãos, entre as organizações ou entre os cidadãos e as organizações;
- b) estabelecer normas de acatamento obrigatório em todo o Município; ou
- c) - fixar regras para normatizar condutas ou situações abstratas, gerais e impessoais.

VI - *leis de interesse restrito* a que se destina à:

- a) regular uma situação particular, de efeito concreto;
- b) atender interesse individualizado; ou
- c) regular temporariamente uma situação especial.

VII - *revogação expressa* a indicação, por uma nova lei, de modo claro e específico, dos dispositivos legais da ordem jurídica anterior que ficam sem efeito ou que assumem nova redação ou abrangência a partir de sua entrada em vigência.

## Capítulo III DA CARACTERIZAÇÃO DAS LEIS

Art. 4º As emendas à Lei Orgânica do Município, cuja proposta, exame e promulgação obedecerão às determinações de seu art. 40, constituem o meio apropriado para a adição, à supressão ou a alteração de dispositivos da Lei Orgânica.

Art. 5º As leis complementares e as leis ordinárias serão usadas para regular as matérias de competência do Município, nos termos do art. 10 da Lei Orgânica.

§ 1º As leis de que trata o *caput* deste artigo têm os seus autores definidos no artigo 45 da Lei Orgânica.

§ 2º As leis complementares, restritas àquelas previstas especificamente na Lei Orgânica do Município, têm caráter de norma superior às leis ordinárias.

Art. 6º Os decretos legislativos, com eficácia de lei ordinária, serão usadas pela Câmara Municipal, nos casos previstos nos arts. 55 e 57, destinados a regular matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, que produzam efeitos externos, não sujeitos porém à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

Art. 7º As Resoluções, também com eficácia de lei ordinária, serão utilizadas pela Câmara Municipal, nos casos previstos nos arts. 56 e 57, da Lei Orgânica do Município, nas leis complementares e em seu Regimento Interno, para regular matérias de competência privativa do Legislativo, e serão promulgadas pela Mesa da Câmara.

Art. 8º As leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções constituem as formas mais regulares e usuais de elaboração legislativa.

Parágrafo único. As espécies de textos legais enumerados no *caput* deste artigo poderão assumir o caráter de leis de alcance geral ou leis de interesse restrito, conforme definido nesta Lei.

#### Capítulo IV DA ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS

##### Seção I Da Estrutura das Leis

Art. 9º A lei será estruturada nas seguintes partes básicas:

I - *parte preliminar*, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II - *parte normativa*, compreendendo as definições legais, quando cabíveis, e o texto das normas legais;

III - *parte complementar*, compreendendo as disposições relativas às implementações das normas estabelecidas pela lei e a indicação de sua vigência;

IV – *parte acessória*, compreendendo as disposições transitórias, quando cabíveis.

Art. 10. A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará a identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie de lei, pelo número respectivo e pelo dia, mês e ano da promulgação, precedido de vírgula e da partícula *de*.

§ 1º Cada espécie de lei terá numeração independente, observados os seguintes critérios:

I - as emendas à Lei Orgânica, as leis complementares e as leis ordinárias de alcance geral serão numeradas em séries específicas, seguidamente, sem renovação anual;  
II - as leis ordinárias de interesse restrito serão numeradas em série própria, seguidamente, renovando-se anualmente, e sua numeração será antecedida pela letra maiúscula *R*;

III - os decretos legislativos e as resoluções da Câmara Municipal serão numerados em séries específicas, seguidamente, renovando-se anualmente;

§ 2º No caso previsto no parágrafo 1º do art. 11 desta Lei, repetir-se-á a numeração da lei, já publicada, cujo projeto respectivo tenha recebido veto.

§ 3º Caberá à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara decidir, em caráter preliminar, quanto à condição de interesse restrito ou de alcance geral da lei ordinária.

Art. 11.- A ementa explicará, de modo conciso e sob forma de título, o objeto da lei.

§ 1º Em caso de vetos rejeitados pelo Legislativo, publicar-se-á, introduzindo-se os dispositivos mantidos, a lei originária de projeto parcialmente vetado, observado o disposto no § 2º do artigo anterior, com a seguinte ementa: “Partes vetadas pelo Prefeito Municipal e mantidas pela Câmara Municipal do Projeto que se transformou em Lei nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, que ... (transcreva-se a ementa da lei).”

§ 2º Em caso de projeto de lei que tenha sido vetado totalmente pelo Prefeito e o veto tenha sido rejeitado pela Câmara, publicar-se-á a lei, que reproduza o texto do respectivo autógrafa, cumpridas as formalidades estabelecidas nesta Lei.

Art. 12. O preâmbulo indicará a instituição competente para a prática do ato, observadas, de acordo com a espécie da lei, as seguintes fórmulas:

I - nas emendas à Lei Orgânica: “A Mesa da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, em nome do povo Concepcionense, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município de Conceição do Araguaia:”;

II - nas Leis Complementares: “O plenário da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, aprovou e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte Lei Complementar:”;

III - nas leis ordinárias: o mesmo preâmbulo do inciso anterior, sem o termo "complementar";

IV - nos decretos legislativos: "O plenário da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, aprovou e o seu Presidente, vereador \_\_\_\_\_, no uso das atribuições do art. 55 da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo";

V - nas resoluções: "O plenário da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, aprovou e a Mesa da Câmara, usando das atribuições do art. 56 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Resolução";

VI - O Regimento Interno da Câmara Municipal especificará as hipóteses em que ela exercerá sua competência privativa através de Decreto Legislativo ou Resolução, conforme estabelecido no art. 57 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º No caso indicado no § 5º do art. 52 da Lei Orgânica, o preâmbulo será o seguinte: "O Prefeito do Município de Conceição do Araguaia, no uso das atribuições que lhe confere o § 5º do art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulga, os seguintes dispositivos da Lei nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_:"

§ 2º Para a promulgação a que se refere o § 6º do art. 52 da Lei Orgânica do Município, usar-se-á, de acordo com cada caso, um dos seguintes preâmbulos:

I - "O Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, no uso das atribuições que lhe confere o § 6º, *in fine*, do art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulga, a seguinte Lei:"; ou

II - "O Vice Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, no uso das atribuições que lhe confere o § 6º, *in fine*, do art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulga, a seguinte Lei:";

III - "O Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, no uso das atribuições que lhe confere o § 6º *in fine*, do art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulga, os seguintes dispositivos da Lei nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_:"; ou

IV - "O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, no uso das atribuições que lhe confere o § 6º, *in fine*, do art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulga, os seguintes dispositivos da Lei nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_:"

Art. 13. A lei não poderá conter matéria estranha ao seu objeto, enunciado na respectiva ementa, ou a esta não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

§ 1º O mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, salvo quando a subsequente alterar ou complementar a lei considerada básica e a esta fizer remissão expressa.

§ 2º O primeiro artigo indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

## Seção II

### Das Técnicas de Articulação na Elaboração das Leis

Art. 14. A unidade básica de articulação na elaboração das leis será o artigo, caracterizado como frase ou oração com sentido completo ou completado através de seus desdobramentos, e deverá conter um único assunto.

§ 1º O artigo será indicado através da abreviatura *Artigo* seguida de numeração *ordinal* até o nono e *cardinal* a partir deste.

§ 2º O texto do artigo terá inicial maiúscula e terminará por ponto, exceto se preceder desdobramento em incisos, quando terminará por dois-pontos.

Art. 15. O artigo poderá ser desdobrado:

I - em parágrafos, quando for requerida a caracterização de condição enunciada no *caput*, o detalhamento de preceito legal, a extensão da aplicabilidade da norma ou a indicação de exceção à norma estabelecida;

II - em incisos, quando forem requeridos a enumeração ou o desdobramento seriado;

III - em incisos e parágrafos, quando presentes os dois tipos de necessidades enunciadas nos incisos anteriores.

§ 1º Os parágrafos serão indicados pelo sinal gráfico “§” e numerados conforme o indicado no § 1º anterior, ou pela expressão *Parágrafo único*, quando o artigo possuir apenas um parágrafo.

§ 2º O texto do parágrafo terá sua inicial maiúscula e terminará por ponto, exceto se preceder desdobramento em incisos, quando terminará por dois-pontos.

§ 3º Os incisos, cujo texto será iniciado por letra minúscula, serão indicados por algarismos romanos seguidos de hífen e terminarão por dois-pontos, quando precederem subdivisão em alíneas, ou por ponto-e-vírgula na seriação, encerrada por ponto.

§ 4º O inciso poderá ser subdividido em alíneas, representadas por letras latinas minúsculas em ordem alfabética e separadas do texto por meio do sinal “) ”.

§ 5º A alínea será subdivisível em itens, representados por algarismos arábicos em ordem crescente e separados do texto por meio de um ponto.

§ 6º O texto das alíneas e dos itens será iniciado por letra minúscula e terminará por ponto-e-vírgula nas seriações, encerrando-se por ponto.



Art. 16. Os artigos das "DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS", em lei que os inclua, terão sua numeração independente do restante do texto legal, observados os seguintes critérios":

- I - havendo apenas um artigo, escrever-se-á *Artigo único*;
- II - contendo mais de um artigo, iniciar-se-á a partir do artigo primeiro.

Art. 17. O texto legal poderá ser dividido em subseções, seções, capítulos, títulos, livros, parte geral e parte especial.

§ 1º O agrupamento de:

- I - artigos constitui a Seção;
- II - sessões, o Capítulo;
- III - capítulos, o Título;
- IV - títulos, o Livro;
- V - livros, a Parte Geral e a Parte Especial.

§ 2º A subseção constituirá meio excepcional de subdivisão da seção que trate de assunto cuja complexidade o requeira em benefício da clareza.

§ 3º A numeração das subseções, das seções, dos capítulos e dos títulos será grafada em algarismos romanos.

### Seção III Das Normas de Redação Legislativa

Art. 18. A lei será redigida com clareza, precisão e ordem lógica.

§ 1º Para se obter a clareza:

- I - as palavras e as expressões deverão ser usadas em seu sentido comum, salvo se a norma versar sobre assunto técnico, quando será utilizada a nomenclatura peculiar ao setor de atividade e sobre o qual se está legislando;
- II - as frases deverão ser concisas, sem prejuízo da idéia;
- III - as orações deverão ser construídas, preferencialmente, na ordem direta;
- IV - deverá ser observada, tanto quanto possível, a uniformidade do tempo verbal, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

V - a pontuação deverá ser usada de forma judiciosa.

§ 2º Para se obter a precisão:

I - a exatidão da linguagem, técnica ou comum, deverá ser sempre empregada, a fim de que o objetivo da lei seja perfeitamente compreendido e o seu conteúdo evidencie com clareza a interpretação que o legislador deu à norma;

II - a sinonímia deverá ser evitada no articulado, exprimindo-se a mesma idéia sempre com as mesmas palavras;

III - o legislador deverá evitar o emprego de expressões ou palavras que possam configurar duplo sentido ao texto;

IV - a primeira referência a pessoas jurídicas, no texto legal, não deverá ser feita com uso de abreviaturas nem de siglas, permitida a sua posterior inserção no texto, se consagradas pelo Direito e reconhecidas pelo uso.

§ 3º Para se alcançar a ordem lógica:

I - cada artigo deverá restringir-se a um único assunto, uma única norma legal, um único princípio;

II - nos textos legais extensos, os primeiros arts. serão reservados à definição dos objetivos da lei e à limitação de seu campo de ação, sendo os demais destinados ao encadeamento da matéria;

III - os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida serão tratados nos parágrafos;

IV - as discriminações ou enumerações serão agrupadas em incisos, alíneas e itens.

#### Seção IV Da Alteração de Disposições Legais

Art. 19. A alteração da lei será feita por outra lei de igual espécie:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando considerável a modificação;

II - nos demais casos, por meio de substituição ou supressão, no próprio texto, do dispositivo atingido ou acréscimo de dispositivo novo.

Parágrafo único. Na alteração de dispositivos legais, não se pode alterar a sua numeração.

Art. 20. Na elaboração de lei cujo propósito seja o de introduzir normas para regular uma situação nova ou para suprir lacuna na ordem legal existente, além da observância às prescrições contidas nas seções anteriores, deve o legislador indicar em seu artigo inicial:

- I - o segmento de atividade que passa a ser regulado pelas novas normas; ou
- II - concretamente, a lacuna que venha suprir.

Art. 21. Na elaboração de lei cujo objeto seja o de alterar norma legal vigente, será indicada, de modo preciso, no artigo anterior àquele que detalhará as modificações efetuadas, a lei e a parte a ser modificada.

#### Seção V Disposições Gerais

Art. 22. A propositura de lei complementar, de lei ordinária, decreto legislativo ou de resolução deverá ser acompanhada de mensagem, de exposição de motivos ou de justificativa que indiquem o universo jurídico abrangido pelas normas, a conveniência do novo ordenamento ou da alteração pretendida nas leis existentes e o propósito de cada um dos principais dispositivos estabelecidos.

Parágrafo único. Em caso de veto, o Prefeito comunica-lo-á à Câmara Municipal, observado o disposto no caput do artigo 52 e em seu § 1º, da Lei Orgânica do Município, mediante mensagem que:

- I - em caso de veto total a projeto de lei, alegue os motivos do veto;
- II - em caso de veto parcial, indique os dispositivos vetados e os motivos de cada veto apostos a artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

#### Capítulo V

#### DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Art. 23. A integração numa estrutura articulada e logicamente sistematizada, sem a criação de Direito novo, de disposições legais que alterem dispositivos da lei ordinária, far-se-á mediante consolidação de seu texto com as alterações procedidas.

Art. 24. A Lei Orgânica terá sua publicação renovada, no final de cada legislatura, caso neste interregno seu texto tenha sido modificado por emenda, incorporando-se os dispositivos alterados.

§ 1º Todo o dispositivo alterado deverá ser identificado, ao seu final, com a seguinte observação: (Redação dada pela emenda nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_).

§ 2º Em caso de supressão, far-se-á a indicação numérica do dispositivo, colocando-se a seguinte observação: (Dispositivo suprimido pela Emenda nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_).

Art. 25. As leis complementares e as leis ordinárias de alcance geral, que sofrerem alterações, serão republicadas integralmente, no final de cada exercício, contendo a redação dos dispositivos alterados.

§ 1º Todo dispositivo alterado deverá ser identificado, ao seu final, com a seguinte observação: ( Redação dada pela Lei nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ ).

§ 2º Em caso de supressão, indicar-se-á o dispositivo, colocando-se a seguinte observação: ( Dispositivo suprimido pela Lei nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ ).

Art. 26. O Poder Executivo promoverá, no final do mandato do Prefeito, a consolidação dos atos de regulamentação de alcance geral, em vigor.

Art. 27. O Município, sempre que editar o texto da Lei Orgânica, incluirá, como anexos, os textos das leis complementares vigentes.

## Capítulo VI

### DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 28. O Presidente da Câmara Municipal negará tramitação e devolverá aos respectivos autores, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, as proposições apresentadas que não observarem integralmente as regras contidas nesta Lei.

Parágrafo único. A proposição de iniciativa popular, em desacordo com as normas estabelecidas nesta Lei, será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal para adequá-la às exigências legais.

Art. 29. A numeração das leis promulgadas a partir de 1º de Janeiro de 2.004, observado o disposto no inciso I do § 1º do art. 9º desta Lei, obedecerá aos seguintes critérios:

I - para as *leis complementares*, a numeração continuará a série específica iniciada anteriormente;

II - para as *leis ordinárias de alcance geral*, a numeração prosseguirá a atual sequência de leis municipais iniciada anteriormente.

Art. 30. As normas de elaboração legislativa estabelecidas no Capítulo IV desta Lei, aplicam-se, também, no que couber, aos decretos e aos demais tipos de atos de regulamentação editados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 1º Os regulamentos serão baixados para fiel execução das leis.

§ 2º O ato de regulamentação indicará, em seu preâmbulo, de modo claro e preciso, o dispositivo legal em que se baseia.

§ 3º O ato de regulamentação que tratar de matéria de interesse restrito não incluirá matéria de alcance geral e vice-versa.

Art. 31. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro de 2.004.

GABINETE DO PRESENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO  
ARAGUAIA, Estado do Pará, em 25 de Junho de 2.004.

**Eduardo Cavalcante Lemos**  
Presidente

Publicada nos murais da Câmara e Prefeitura Municipal no dia 25 de junho de 2004.

**Edmilson de Oliveira Brito**  
Técnico Legislativo

Crj/



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**

**EMENDA MODIFICATIVA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2013**

Dá nova redação ao Parágrafo Único do Art. 59, e suprime-se seus incisos I, II, III e IV; da Lei Orgânica Municipal.

A Mesa da Câmara dos Vereadores, nos termos do inciso II, do art. 40 da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte emenda ao texto da Lei Orgânica:

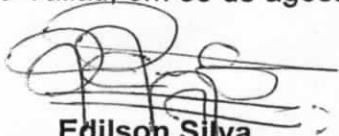
Art. 1º. – O Parágrafo Único do Artigo 59 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único. O voto será sempre público, aberto e transparente nas deliberações da Câmara Municipal.

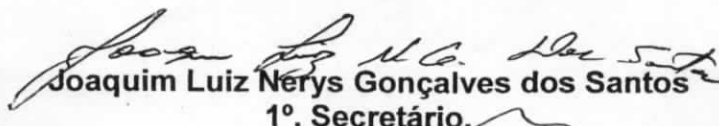
Art. 2º. – Suprima-se os incisos I, II, III e IV do parágrafo único do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. A presente emenda a Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua promulgação.

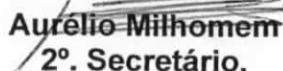
Sala das Sessões Soly Antônio Valiati, em 30 de agosto de 2013.



**Edilson Silva**  
**Presidente da Câmara Municipal**



**Joaquim Luiz Nerys Gonçalves dos Santos**  
**1º. Secretário.**



**Aurélio Milhomem**  
**2º. Secretário.**

